

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

MATEUS LOPES FERRER DE SOUZA

Retóricas excludentes no Brasil de Bolsonaro

SÃO PAULO
2022

MATEUS LOPES FERRER DE SOUZA

Retóricas excludentes no Brasil de Bolsonaro

Trabalho de conclusão de curso de
graduação em Relações Públicas,
apresentado ao Departamento de Relações
Públicas, Propaganda e Turismo

Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Nassar
de Oliveira

SÃO PAULO
2022

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Souza, Mateus Lopes Ferrer de
Retóricas excludentes no Brasil de Bolsonaro / Mateus
Lopes Ferrer de Souza; orientador, Paulo Nassar. - São
Paulo, 2022.
52 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São
Paulo.
Bibliografia

1. comunicação política. 2. narrativas excludentes. 3.
identidades excludentes. 4. identidades predatórias. 5.
Bolsonarismo. I. Nassar, Paulo. II. Título.

659.2

CDD 21.ed. -

RESUMO

Em seu livro *Identidade e Violência - A ilusão do destino*, o professor Amartya Sen aponta que “A violência cultivada associada a conflitos de identidade parece repetir-se no mundo inteiro com uma persistência crescente” (SEN, 2015, p. 27). Desde a publicação original da obra, o planeta viu uma onda de movimentos radicalizados se espalharem por vários países defendendo pautas excludentes em discursos ultraconservadores e reacionários.

Esses movimentos usaram de métodos antigos para aglutinar seus seguidores por meio de marcadores de identidades, moldando-as com a antagonização a grupos minoritários. Tal antagonização passa por um processo de radicalização que aceita somente a identidade excludente como possível, tornando-se predatória a outros grupos divergentes. A formação dessas identidades é transpassada por uma comunicação que usa de discursos excludentes para unir os sujeitos enquanto os opõem a outros indivíduos aos quais são atribuídas todas as mazelas da sociedade. Paralelamente é construída uma narrativa mítica para ressignificar a identidade excludente como a “justa”, que corre perigo frente à existência dos outros grupos.

Para entender como essas narrativas excludentes são apresentadas e normalizadas para um grande público, este trabalho analisa algumas falas do então presidente da república Jair Bolsonaro. A análise é feita por meio da matriz comunicacional elaborada pelos professores Nassar, Farias e Pomarico (2019) visando a entender as particularidades e os pontos em comum do discurso do então líder do executivo, assim como membros do seu governo, na propagação de uma narrativa excludente e na formação de identidades predatórias.

Palavras-Chave: comunicação política; narrativas excludentes; identidades excludentes; identidades predatórias; bolsonarismo.

ABSTRACT

In his book *Identity and Violence - The illusion of destiny*, Professor Amartya Sen points out that “The cultivated violence associated with identity conflicts seems to be repeated all over the world with increasing persistence” (SEN, 2015, p. 27). Since the original publication of the work, the planet has seen a wave of radicalized movements spread across several countries advocating exclusionary agendas in ultraconservative and reactionary discourses.

These movements used ancient methods to agglutinate their followers through identity markers, shaping them by antagonizing minority groups. Such antagonization goes through a process of radicalization that accepts only the excluding identity as possible, becoming predatory to other divergent groups. The formation of these identities is permeated by a communication that uses excluding discourses to unite the subjects while opposing them to other individuals to whom all the ills of society are attributed. At the same time, a mythical narrative is constructed to re-signify the excluding identity as the “fair one”, which is in danger in the face of the existence of other groups.

To understand how these exclusionary narratives are presented and normalized for a large audience, this work analyzes some speeches by the then president of the republic Jair Bolsonaro. The analysis is made through the communication matrix developed by professors Nassar, Farias and Pomarico (2019) in order to understand the particularities and commonalities of the speech of the then leader of the executive, as well as members of his government, in the propagation of a narrative exclusionary and in the formation of predatory identities.

Keywords: political communication; exclusionary narratives; exclusionary identities; predatory identities; Bolsonarism.

SUMÁRIO

1.	CAPÍTULO 1 - IDENTIDADES EXCLUDENTES.....	6
1.1.	A CRIAÇÃO DA NARRATIVA EXCLUDENTE.....	12
1.2.	O MITO DO MITO.....	17
2.	CAPÍTULO 2 - UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE AS NARRATIVAS EXCLUDENTES.....	23
3.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	47

CAPÍTULO 1 - IDENTIDADES EXCLUDENTES

Stuart Hall em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2006) fala sobre como nossa ideia de identidades é fragmentada a partir da segunda metade do séc XX, em que os preceitos de identificação individual não são o suficiente para encapsular nossas identidades na complexidade do mundo pós-moderno. O indivíduo fracionado dessa época tem seus muitos “eus” em disputa pela importância relativa de cada aspecto conforme o contexto em que se encaixa (SEN, 2015, p. 14), porém tal processo pode originar uma dificuldade para o sujeito se colocar na sociedade. Como resposta, grupos organizam uma imposição de identidades singulares, muitas vezes fomentando a violência contra aqueles que não se encaixam nesse perfil (SEN, 2015, p. 26).

A história nos oferece uma série de exemplos nos quais, ao ruir uma identidade central, surge um processo autofágico em que outras identidades digladiam para preencher esse vácuo que se formou. Até o início dos anos de 1990 o território se estendia do sul da Europa Central, partindo da atual Eslovênia, até os Bálcãs, tinha uma população constituída de múltiplos grupos étnicos e religiosos. Suas histórias se inter cruzam em momentos de paz e conflitos até serem unificados em 1918 como os eslavos do Sul (no caso sul do rio Danúbio).

Apesar do início tortuoso, após a Segunda Guerra Mundial, a então República Socialista Federativa da Iugoslávia conseguiu apaziguar as divergências identitárias dos múltiplos povos do território, levando a décadas de estabilidade sob a identidade de iugoslavos. Porém, após a morte do líder partidário Josip Tito, iniciou um processo de dissolução da Federação e o acirramento de retóricas nacionalistas e de supremacia étnica entre grupos que até viviam em paz.

O resultado trágico desse processo foi uma guerra fratricida entre aqueles que antes eram compatriotas. Guerra em que as religiões Católica, mais popular entre a população croata, Cristianismo Ortodoxo, elemento identitário da população sérvia, e a fé islâmica, presente na população bósnia, montenegrina e de descendência albanesa, se tornaram uma das bases para delimitação dos grupos que deviam viver ou que deveriam ser exterminados. Essa guerra foi marcada por atos hediondos, crimes de guerra e as acusações de genocídio da Bósnia levadas para o Tribunal Penal Internacional em Haia no início do século XXI.

Segundo Arjun Appadurai, essa relação de “nós/eles”, que ocorre em muitos dos casos de imposições de identidades singulares, parte da criação de um coletivo que representa os *outros* derivando de estereótipos e contraste de identidades, ajudando a delimitar os limites e o alcance das dinâmicas do *nós* (APPADURAI, 2009, p.45):

O entendimento do processo que cria o “nós” é limitado, uma vez que é visto como um produto mecânico secundário do processo que cria o “eles” o processo requer contrastes simples e limites nítidos que ajudam a consolidar as identidades “nós”. A criação dos “nós”, da pessoa coletiva, recebe tratamento sumário nessa tradição, já que é considerada sociologicamente natural e dispensa um pensamento mais profundo (APPADURAI, 2009, p.46)

Na realidade brasileira, a construção dessa dicotomia não se deu por um contexto étnico-nacionalista como o abordado por Appadurai, mas como uma resposta conservadora aos discursos progressistas que se tornaram hegemônicos desde a virada do século. No Brasil, assim como em outros países do chamado Ocidente, as consequências da grande recessão de 2008 aceleraram processos de deterioração de democracia (BASSETS, 2018) e o surgimento de líderes populistas nacionalistas que arregimentam multidões com discursos antissistemas e que antagonizam o chamado “politicamente correto”.

Assim foi consolidada a identidade do “Patriota” brasileiro, que representaria os verdadeiros interesses da pátria ao se antagonizar a pautas pró liberdade de sexualidade ou de gênero, a ações afirmativas para grupos minorizados ou quaisquer outras ameaças à identidade singular fomentada do que, nessa visão, deveria ser o Brasil. Dá-se, assim, a diferenciação social, na qual os patriotas “somos nós” que defendemos os “verdadeiros valores nacionais”, cabendo o papel do “outro” àqueles que não adotam as mesmas visões do mundo e não consomem do mesmo caldo de cultura.

É um processo de dessimbolização das instituições tradicionais (POMPEU & PEREZ, 2020), removendo da ideia de Brasil qualquer elemento que caracterize coletividade nacional, substituindo os aspectos formadores da nossa cultura por uma ideia genérica de pertencimento pintada de verde e amarelo. Nesse cenário, ser patriota se torna uma característica completamente desassociada de um agir político, mas ligada a uma identidade única em que quem não se encaixa é um inimigo da pátria. Amartya Sen aponta os perigos que o estímulo a tais identidades pode gerar:

Campanhas para modificar identidades que as pessoas percebem como suas foram responsáveis por muitas atrocidades no mundo, transformando velhos amigos em novos inimigos e sectários detestáveis em

líderes políticos subitamente poderosos (SEN, 2015, p. 34).

Após chegarem ao poder no Camboja em 1975, a leitura feita por Pol Pot e os membros do Partido Comunista da Kampuchea, conhecido internacionalmente como o Khmer Vermelho, sobre o Maoismo indicava que o caminho para a criação de uma sociedade comunista passava pela criação de uma sociedade puramente agrária.

Esse processo de fomento ao campo usou de um sistema de deportação das populações urbanas, além de um processo de eliminação da elite intelectual e educada do país. Grupos de estudantes que retornavam ao Camboja após estudarem na França, influenciados pelo Partido Comunista Francês, assim como pessoas suspeitas de envolvimento com atividades de livre mercado representavam o antigo regime colonial a que o país havia sido submetido, e, portanto, sua eliminação era justificada.

O exercício de extrema engenharia social perpetrado por Pol Pot gerou uma estimativa de cerca de dois milhões de cambojanos que teriam morrido em ondas de assassinatos, tortura e fome (BREWER, 2015). Esses foram direcionados principalmente à identidade construída pelo regime da “elite intelectual” e outros elementos subversivos. As execuções ocorreram até serem removidos do poder em 1979 devido à intervenção militar dos vizinhos da República Socialista do Vietnã.

Para o autor Amartya Sen, é assim que um sentimento de identidade pode excluir resolutamente muitas pessoas, mesmo enquanto generosamente inclui outras (SEN, 2015, p. 26). Essa visão em todo reducionista ignora as diversidades internas dos indivíduos que formam o território nacional e visa a eliminar aqueles que não se encaixam na “identidade nacional” incentivada.

Em fevereiro de 2017, o então pré-candidato à presidência da república, Jair Bolsonaro, disse durante um discurso para seus apoiadores: “Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adéquam ou simplesmente desapareçam” (EU ERA DE DIREITA E NÃO SABIA, 2017). Como Appadurai aponta, as categorizações de minorias e majorias são invenções históricas recentes diretamente vinculadas a ideias sobre nação, população, representação. Por isso, tanto as majorias quanto as minorias são resultados da enumeração dos indivíduos, podendo se dizer que as majorias precisam das minorias para existir mais do que o contrário (APPADURAI, 2009, p. 45).

O Com o uso desse maniqueísmo de majorias/minorias, o discurso de Bolsonaro indica uma leitura de submissão de um grupo para o outro, caso contrário “simplesmente desapareçam”. Para Appadurai essa identidade pregada pelo então candidato pode ser

definida como “predatória”, por requerer a extinção de outras categorias, vistas como uma ameaça do grupo definido como “nós” (APPADURAI, 2009, p.46).

Esse ataque aos grupos minoritários se intensifica com discursos que negam a pluralidade nacional frente a um ideal do que é o povo brasileiro. Durante uma reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, reforçou sua leitura de uma identidade única nacional ao afirmar:

“Odeio o termo 'povos indígenas', odeio esse termo. Odeio. O 'povo cigano'. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré... É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios.”

Amartya Sen aponta os perigos dessa leitura ao afirmar que tais ilusões da identidade única são muito mais divisionistas do que o universo de classificações plurais e diversificadas que caracterizam o mundo em que realmente vivemos. Também destaca como a importância de uma identidade não tem de eliminar a importância das outras (SEN, 2015, p. 44 – 48).

Essa narrativa excludente teve como um de seus resultados a intensificação das violências e violações contra os povos indígenas, como aponta o relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil — dados de 2021, publicação anual do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O relatório indica que houve um aumento pelo sexto ano consecutivo de casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2022, p. 8) além de ataques armados sistemáticos contra as comunidades indígenas da Terra Indígena (TI) Yanomami, espalhando um clima de terror e provocando mortes, inclusive de crianças (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2022, p.8).

Podemos também apontar que a ideia de que o Estado Brasileiro, assim como sua identidade, não é laica, mas sim cristã, impulsiona a intolerância religiosa. No ano de 2021 houve um aumento de 141% nas denúncias de intolerância religiosa em comparação ao ano anterior (OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA, 2022). No Estado do Rio de Janeiro, 91% dos ataques foram contra religiões de matriz africana, e, em mais da metade das ocorrências de intolerância religiosa (56%), o agressor está ligado a igrejas evangélicas (TRIGUEIRO, 2022), reforçando a busca por uma identidade religiosa cristã.

A defesa dessa identidade singular dentro de parâmetros de uma fé que nega a pluralidade sexual também trouxe resultados negativos no crescimento de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+. Segundo balanço divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), houve um crescimento de 8% nas mortes nesse segmento da população em 2021 em comparação ao ano anterior, representando uma morte a cada 29 horas (GRUPO GAY DA BAHIA, 2022, p. 1).

O processo predatório da identidade fomentando perseguição a identidades distintas começou a mostrar suas presas já nas primeiras horas que seguiram o primeiro turno das eleições de 2018, em que Jair Bolsonaro recebeu 46% dos votos totais. Na madrugada da segunda-feira, 8 de outubro, o mestre de capoeira Romualdo Rosário da Costa, conhecido como Moa do Katendê, de 63 anos, foi esfaqueado e morto após se dizer contra o então candidato (G1, 2018).

Desde esse momento, o processo se estende, indo de ameaças de morte após críticas a ações do governo (UOL, 2022), até uma crescente de ataques a opositores políticos que já resultaram em dois assassinatos de eleitores do candidato Luís Inácio Lula da Silva (MOURO; MATHIAS, 2022), assim como ameaças armadas a candidatos ao Executivo (MARCELLO, 2022) e Congresso (ANATER, 2022) não alinhados ao projeto de reeleição de Bolsonaro.

Esse aumento a violência ao diferente da identidade bolsonarista corroboram o apontado por Amartya Sen:

A insistência, ao menos implicitamente, em uma singularidade sem escolhas da identidade humana não só diminui a todos nós como também torna o mundo mais inflamável. A alternativa ao divisionismo de uma categorização preeminente não é uma afirmação irreal de que, no fundo, todos somos iguais. Isso não somos. Mais exatamente, a grande esperança de harmonia em nosso mundo conturbado reside na pluralidade de nossas identidades, que se inter-relacionam e atuam contra divisões nítidas em torno de uma única linha enrijecida de uma veemente divisão a que pretensamente não se pode resistir. Nossa humanidade compartilhada é selvagemmente contestada quando nossas diferenças são reduzidas a um elaborado sistema de

categorização extraordinariamente poderosa
(SEN, 2015, p. 43).

A pluralidade cultural, étnica e religiosa é presente por todo o continente africano. Porém séculos de exploração colonial resultaram em distorções nessas identidades e inflamaram relações, como indicado pelo autor. Um exemplo dessas distorções foram os resultados da colonização belga em Ruanda, que priorizou sempre em sua administração local membros da minoria étnica tutsi em detrimento da maioria hutu. Com a independência, alcançada em 1962, o poder mudou para as mãos dos hutus, iniciando um processo de segregação das populações tutsi.

O escalonamento das tensões entre esses dois povos chega a um ponto de ebulição quando as consequências de uma crise econômica ligada à desvalorização do café e uma incursão militar realizada por exilados tutsis expulsos pelos hutus exigem a intervenção da ONU na construção de um acordo de paz em Arusha e a criação de um governo de transição em 1993. Porém esse acordo não foi o suficiente para acalmar os sentimentos construídos por séculos e os apelos à confrontação e a “caça aos tutsis” se explicitavam.

Em abril de 1994, no dia seguinte à morte do presidente Juvénal Habyarimana, se iniciou o genocídio da população tutsi, no qual pessoas identificadas como membros da minoria tutsi eram sumariamente executadas. Estima-se que mais de quinhentas mil pessoas foram assassinadas durante o período de 7 de abril e 15 de julho de 1994.

O cenário inflamável descrito por Sen depende de uma fagulha para entrar em combustão. Appadurai aponta que é o entendimento de si mesmo como uma maioria ameaçada o passo-chave para transformar uma identidade social em predatória (APPADURAI, 2009, p. 46).

Para a população hutu, esse entendimento veio do retorno dos tutsi ao cenário político por meio do acordo de paz e o vácuo de poder deixado pela morte do presidente Habyarimana, um hutu.

O sentimento de maioria ameaçada é constante dentro da narrativa bolsonarista, na qual o discurso de que todos estão contra o governo impera. Por exemplo, uma falsa “ideologia globalista” que visa a impor um “marxismo cultural” dentro de um projeto de aniquilação da cultura ocidental cristã ao determinar temas como o feminismo, ambientalismo, multiculturalismo ou pautas a favor de causas LGBTQIA+ (LOPES, 2019). Posteriormente a leitura paranoica de perseguição foi transferida às instituições como o Supremo Tribunal Federal (ESTADÃO CONTEÚDO, 2022), que ao requererem limites às atitudes presidenciais passaram a ser consideradas como inimigos a serem eliminados.

1.1 - A CRIAÇÃO DA NARRATIVA EXCLUDENTE

Como apontado anteriormente por Arjun Appadurai, a criação do “nós” é muitas vezes um processo secundário da criação do “eles” a quem nos opomos (APPADURAI, 2009, p. 46). Porém, como já indicamos, todos os grupos possuem pluralidades internas que precisam ser conciliadas para manter a coesão dos grupos. Uma das principais ferramentas para formar essa coesão são estratégias de comunicação “cuja medida de eficácia é o estabelecimento de diálogo, entre os diferentes” (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019, p. 209).

Narrativas excludentes incentivam os indivíduos do grupo a ignorarem todas as filiações e lealdades que não sejam aquelas que provêm de uma identidade restritiva (SEN, 2015, p. 50). Porém esse processo ainda é uma escolha racional, tomada pelo sujeito, decisão que, segundo o autor, recorrentemente passa por duas práticas: (1) decidir sobre quais são nossas identidades pertinentes e (2) ponderar a importância relativa dessas diferentes identidades e essa racionalização dependerá do contexto social em que ele se encontra (SEN, 2015, p. 54).

Para muitos brasileiros, o cenário de desolação política em que o país se encontrava após os impactos da crise econômica de 2008 (que o atingiram principalmente na segunda metade da década de 2010) e a associação do cenário político vigente com escândalos recorrentes de corrupção geraram o contexto social necessário para o surgimento de identidades que se colocavam contra o sistema vigente (NEXO JORNAL, 2022), movimentos antipolítica (TOSTA, 2014).

De 2014 até o ano vigente de 2022, muitos grupos tentaram capitalizar esse sentimento, dos membros do Movimento Brasil Livre a lavajatistas, mas nenhum foi tão bem-sucedido quanto o movimento bolsonarista. Partindo de um culto à personalidade, o bolsonarismo não é focado em ideias de uma renovação política de direita ou em uma bandeira anticorrupção, como os outros grupos citados, mas coopta essa e outras bandeiras, centrando-as no patriarca do clã.

O bolsonarismo conseguiu amalgamar identidades distintas ao seu séquito de seguidores por meio de um uso ostensivo das ferramentas de segmentação de mensagens que o contexto digital permite, como apontado pela antropóloga Isabela Kalil (2018). Dentro

da comunicação digital, o movimento conseguia reforçar as mensagens-chave para comunicar-se com cada nicho da sua audiência.

Essa comunicação digital era entrelaçada com uma mobilização forte de rua que unia e materializava as discussões e laços que se formavam pela internet:

A extrema-direita, no Brasil, tem feito das manifestações de rua uma espécie de “laboratório de experimentação”, um campo de testes para colocar à prova uma nova forma de comunicação e, conseqüentemente, de se fazer política. Assim, trata-se de um fenômeno que ocorre na internet, mas que é parte de uma articulação entre as ruas e as redes sociais. Nesse registro, e no que diz respeito aos grupos e visões da direita, o protesto de novembro de 2017 contra a presença de Judith Butler no Brasil, tem especial relevância, pois nele já se delineavam com bastante clareza os contornos do que assistimos na eleição de 2018, em termos de atores envolvidos e repertórios imagéticos e discursivos utilizados (KALIL, 2018, p. 6).

Como a própria autora ressalta para quem acompanha a trajetória de Bolsonaro, parece haver uma série de incoerências em seus discursos (KALIL, 2018, p. 6). Porém o uso misto da comunicação segmentada e a participação coletiva em movimentos de rua, de manifestações a motocicletas, agem como a sacramentação da união desses indivíduos como parte de um coletivo. A convergência que só o ritual pode promover (por meio de suas narrativas) não admite perdedores, nem ganhadores (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019, p. 209), e a manifestação bolsonarista é este ritual em que os grupos que se sentiam excluídos da política se sentem pertencentes a uma identidade maior.

Assim, encontros dominicais na Avenida Paulista em frente à FIESP, assim como em outros pontos característicos de cidades pelo Brasil, com todos trajados de vestes nas cores da bandeira, se tornam uma narrativa ritual que constrói um elo entre os participantes:

Os rituais são narrativas construídas por meio de elementos simbólicos (corporais, orais ou não orais) que são marcados pela repetição e pela intenção retórica. Em um primeiro enquadramento conceitual pode-se falar em narrativas da

experiência. Estão presentes em todas as culturas, como processos de identificação e afirmação dessas culturas e de seus integrantes. Em um segundo enquadramento conceitual pode-se falar em memórias rituais. Essas narrativas rituais e da experiência – marcadas na memória humana – podem se caracterizar como sagradas ou profanas (NASSAR; FARIAS, 2018, p. 348).

Durante a campanha presidencial dos Estados Unidos de 2016, Donald Trump consolidou o formato de comício que marcaria seu pleito, governo e mesmo sua mobilização após deixar o cargo, os “Trump Rallies” (Comícios do Trump).

Comícios são, por definição, atos públicos nos quais políticos ou candidatos a cargos políticos expõem suas ideias ao povo ou membros do povo discutem assuntos de interesse coletivo (FERREIRA, 1986, p. 437). Porém, dentro do trumpismo, os comícios tomaram um papel maior do que um espaço para troca de ideias, se tornaram a ritualização da relação dos seguidores de Trump com seu líder. Neles, Donald Trump discursa por horas de um púlpito para seus discípulos, atacando aqueles que se opõem as suas visões políticas, construindo a narrativa que pauta a leitura do mundo dessas pessoas, permeada de teorias da conspiração divulgadas por QAnon, e estreitando a identidade desses indivíduos diretamente com essa ideologia.

Esse aglutinado de pessoas organiza-as como pertencentes a algo maior, é um ritual de encontro de participantes que exercem sua identificação com um ideal por meio de performances do corpo (como carregando cartazes com mensagens que os unem com aqueles ao seu redor; como pintando seu corpo com elementos da bandeira dos Estados Unidos) ou por meio de músicas, elementos audiovisuais e outras expressões que reforçam a narrativa que os une. Nesse espaço são todos iguais e o ritual tem o papel de promover a convergências dos indivíduos, a partir de suas narrativas, em uma massa onde não há perdedores ou ganhadores (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019, p. 209).

Dentro desses rituais, o líder ganha o papel de organizador da narrativa que os move, permitindo-se guiar seus seguidores sobre quais caminhos e ações devem ser tomados. Como descrito por Bowie (2006), os rituais podem ser usados para manter as forças da vida e a fertilidade da terra e garantir relacionamentos corretos com o mundo invisível, mas, em contrapartida, também estão intimamente conectados com violência, destruição e na definição e expurgo de bodes expiatórios (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019, p. 219).

O expurgo de dissidentes, como descrito pelos professores Nassar, Farias e Pomarico, pode ser percebido no comício realizado por Trump em 6 de janeiro de 2021. O evento ocorreu em Washington, próximo ao Capitólio, onde no mesmo dia haveria a confirmação da vitória de Joe Biden como o novo presidente dos Estados Unidos. Durante o comício, Trump indicou para seus seguidores que não aceitaria a derrota (G1, 2021):

“Eu estarei com vocês. Vamos andar até o Capitólio e felicitar nossos bravos senadores e congressistas”, disse no discurso no Ellipse, parque perto da Casa Branca. Ele, porém, não foi visto na marcha. “Nós vamos parar com o roubo [das eleições]”, insistiu.

No mesmo comício, Donald Trump pressionava seu vice-presidente, Mike Pence, que presidiria a nomeação do novo presidente, a não certificar a vitória de seu opositor. Mike Pence, porém, se recusou a alegar fraude no processo eleitoral e confirmou a vitória de Joe Biden.

A partir desse momento, a multidão insuflada começou os protestos e o processo de invasão do congresso. Assim, esse agrupamento de signos da extrema-direita americana, que se organizou em torno da narrativa construída por Trump e apoiada pelo Partido Republicano, com gritos de “enforcem o Mike Pence” (HABERMAN; BROADWATER, 2022), como um ritual macabro exortado por Trump, buscava o sacrifício para apaziguar o líder e o desejo da massa.

Essas ações são toleráveis dentro do trumpismo, pois, na leitura maniqueísta do “nós” contra “eles”, aqueles que não se alinham ao mesmo pensamento são traidores da pátria, ou não são patriotas de verdade, compartimentalizando a população. Esse poder divisionista que Amartya sem chama de “prioridade classificatória” é usado implicitamente para situar as pessoas firmemente dentro de um conjunto único de compartimentos rígidos (SEN, 2015, p. 36), impedindo quaisquer outras possibilidades de conexão entre os indivíduos que não sejam essas identidades primárias.

Mais ao sul da linha do Equador, quando o bolsonarismo cria a narrativa do cidadão de bem, ele carrega nesse discurso todas as virtudes patrióticas frente aos que discordam dessa ideologia. Nessa dicotomia o outro representa todos os vícios que tentam destruir a nação. Isabela Kalil indica em seu perfil do “bolsonarismo” que:

O “cidadão ”e bem” passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual “correta”

e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos “bandidos” (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o “cidadão de bem” refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o “cidadão de bem” extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são “comunistas”, “petistas” ou “de esquerda” – vistos como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”. Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento a uma forma correta de estar no mundo (KALIL, 2018, p. 9).

É nessa massa em que se associam aqueles que se reconhecem como “cidadãos de bem”, dentro da narrativa construída pelo bolsonarismo, que notamos o papel indicado pelos autores Nassar, Farias e Pomarico, da narrativa enquanto agregadora de sentimentos e criadora de vínculos fortes, indo de uma escala que começa em laços entre pessoas próximas até a união entre bilhões, que jamais se viram ou partilharam um mesmo tempo, um mesmo território, uma mesma cultura (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019, p. 215).

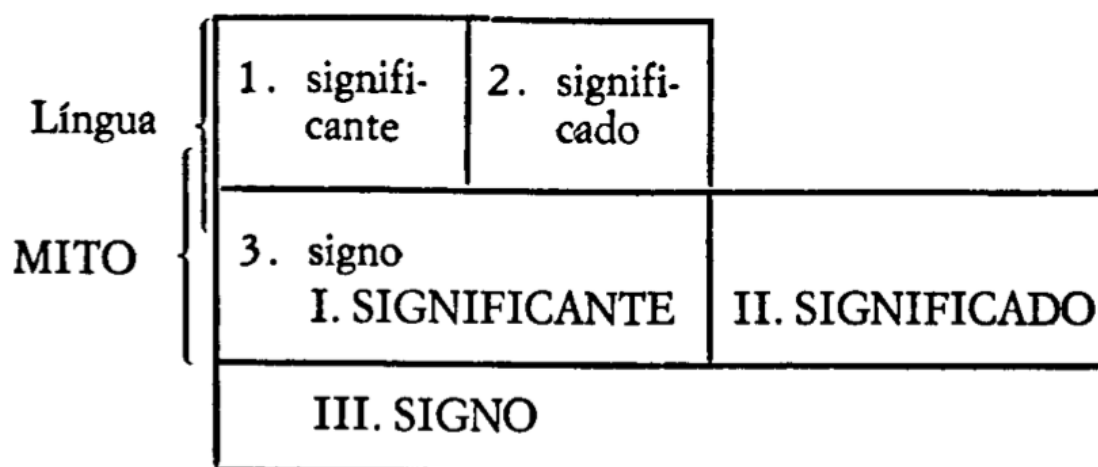
Dessa forma, o bolsonarismo conseguiu consolidar a narrativa que hoje organiza o pensamento de direita no Brasil, crescendo de um discurso marginal na internet e em programas sensacionalistas da televisão, que usavam de suas falas chocantes para ganhar repercussão a partir das polêmicas, até ser normalizado e não questionado em programas jornalísticos de impacto nacional, como as vezes em que usou de entrevistas nos programas Jornal Nacional e Roda Viva para compartilhar *fake news* sobre o programa “Escola sem Homofobia” e sobre o processo de escravização de populações africanas pelos portugueses e suas consequências no Brasil.

Suas narrativas têm o poder de dar coesão à sua visão e à sua forma de organizar e se mover no mundo (PUCHNER, 2019, p. 51 e 52), criando os mitos que alicerçam a realidade bolsonarista.

1.2 - O MITO DO MITO

Para Roland Barthes, o mito é um sistema de comunicação que expressa uma mensagem ao criar um modo de significação por meio de uma forma (BARTHES, 2001, p. 131). Dentro dessa visão o mito cria um sistema semiológico em que é adicionada uma segunda camada de interpretação (BARTHES, 2001, p. 136).

Para a teoria linguística o processo de significação parte da relação de um significante e um significado expressada por meio de um signo. No mito essa relação é expandida e o significante pode ser encarado como termo final do sistema linguístico, que Barthes chama de sentido, ou como termo inicial do sistema mítico, chamado de forma (BARTHES, 2001, p. 138). O anexo 1 aponta essa relação para Barthes (BARTHES, 2001, p. 137):



É por isso que, ao vermos as cores da bandeira nacional ou alguém usando uma camiseta da seleção brasileira de futebol, temos o sentido completo que elas expressam (representação vexilológica do Estado brasileiro e uniforme usado pela seleção brasileira em partidas de futebol), mas também a forma em que o mito se inicia. Como descrito por Barthes:

A forma não suprime o sentido, empobrece-o apenas, afasta-o, conservando-o à sua disposição. Cremos que o sentido vai morrer, mas é uma morte suspensa: o sentido perde o seu valor, mas conserva a vida, que vai alimentar a forma do mito. O sentido passa a ser para a forma como uma reserva instantânea de história, como

uma riqueza submissa, que é possível aproximar e afastar numa espécie de alternância rápida: é necessário que a cada momento a forma possa reencontrar raízes no sentido, e aí se alimentar; e, sobretudo, é necessário que ela se possa esconder nele. É este interessante jogo de esconde-esconde entre o sentido e a forma que define o mito (BARTHES, 2001, p. 140).

Assim, o conceito mítico se apropria do sentido da bandeira de seleção e forma uma nova significação que associa esse elemento aos “cidadãos de bem” bolsonaristas, cooptando esses elementos do restante da população. Porém esse rapto não é eterno, porque, como o próprio Barthes indica, não existe rigidez nos conceitos míticos, por serem elementos históricos esses conceitos podem construir-se, alterar-se, desfazer-se e desaparecer completamente, pois a história pode suprimi-los (BARTHES, 2001, p. 142).

Por esses atributos, uma série de governos nacionalistas usam de mitos para atrelar símbolos históricos, nacionais, étnicos ou religiosos, ao seu governo e à leitura do que deveria ser o país. Em Moscou, na Praça Vermelha, fica exposto aos visitantes o corpo mumificado de Vladimir Lenin para visitação. Enquanto sentido, ele é claro, o corpo do antigo líder revolucionário soviético, mas seu discurso mítico é muito mais profundo, utilizado em diferentes períodos históricos para representar diferentes significações. Nos anos de chumbo do governo de Joseph Stalin, a imagem de Lenin significava a proximidade do atual mandatário com o antigo governante. Durante os períodos turbulentos que antecederam o desmantelamento soviético, Lenin significava a contínua revolução que permitiu a fundação do Estado soviético. No início do século XXI, conforme o atual Estado russo lida com as consequências geopolíticas do fim da União Soviética, o corpo mumificado do antigo bolchevique representa para certos grupos o poderio que certa vez a Rússia já teve.

São essas características que garantem ao mito a ideia de uma linguagem roubada, uma que ele pode se desenvolver a partir de qualquer novo sentido a partir do momento que priva o sentido inicial do signo (BARTHES, 2001, p. 152), o que justifica para Barthes seu caráter despolitizador:

A semiologia ensinou-nos que a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade. Ora, este processo é o próprio processo da ideologia burguesa. Se a nossa sociedade é objetivamente

o campo privilegiado das significações míticas, é porque o mito formalmente é o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica que a define.

[...] Uma prestidigitação inverteu o real, esvaziou-o de história e encheu-o de natureza, retirou às coisas o seu sentido humano, de modo a fazê-las significar uma insignificância humana. A função do mito é evacuar o real: literalmente, o mito é um escoamento incessante, uma hemorragia, ou, se preferir, uma evaporação; em suma, uma ausência sensível (BARTHES, 2001, p. 163).

O discurso antipolítica que, como apresentado anteriormente, foi adotado por lideranças nacionais e ao redor do globo ajudou a criar o mito da política. Nele a ideia de ser ou fazer política teve seu sentido expandido do conceito da busca do consenso entre os diferentes, para o mito de uma classe necessariamente corrupta que age contra os interesses da população. Esse mito foi construído durante anos em reportagens jornalísticas e discursos daqueles que ganham com a ideia de uma população despolitizada e que não veja na política uma possibilidade de melhoria das suas condições sociais.

Pouco a pouco o bolsonarismo conseguiu criar um repertório de mitos em seus discursos, criando significados alternativos para tudo que o cerca, negando o concreto enquanto cria uma realidade alternativa a ser ocupada pelos seus apoiadores. Michel Foucault escreveu sobre como mitos podem criar não-lugares, hétero-topias, contestações míticas e reais do espaço em que vivemos (FOUCAULT, 2013, p. 20). Para ele esses espaços são absolutamente diferentes dos outros, nesse caso a realidade, e se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los (FOUCAULT, 2013, p. 20).

É importante ressaltar que o próprio autor indica que toda sociedade constitui hétero-topias. Porém o espaço tecnológico, baseado em cálculos, dados comportamentais e algoritmos, proporciona, na sua relação com a política, dois elementos: espaços fechados, isolados e que retroalimentam crenças individuais, e uma seleção prioritariamente de conteúdo “viral” e popular, empobrecendo a diversidade nas redes e quebrando o sonho de uma ágora heterotópica. Como apontado por Kalil (2018), essa possibilidade de segmentação foi adotada pelo bolsonarismo para criar uma comunicação destinada a grupos distintos sem a possibilidade de ser confrontada pelas próprias incoerências das falas de Jair Bolsonaro.

Esse ambiente permitiu o surgimento de um contraespaço só seu, capaz de criar uma noção de realidade e de país baseada nas suas ideologias e vivências particulares. Esse novo ambiente privado de discordâncias dá aos seus membros a capacidade de fechar os olhos e acreditar no que nunca existiu, por meio da validação somente de seus pares. Nesse novo ambiente a ideia “*summa potestas*” de se fazer política é substituída por uma transpolítica, e o resultado não decorre do debate, mas sim de quem melhor conseguir se organizar em sua bolha.

Assim, o mito bolsonarista se torna a realidade vivida por esses indivíduos, realidade essa construída pela narrativa oficial do governo. O mito, segundo Campbell, é justamente a narrativa que incorpora um conjunto de imagens que dá à consciência um significado na existência (CAMPBELL, 2008, p. 34), sendo, portanto, crucial para o estabelecimento de algum equilíbrio entre os homens, os seus ambientes sociais.

A heterotopia bolsonarista permite que aqueles que ocupam esses espaços se isolem dos seus outros grupos sociais que não reforçam a narrativa mítica bolsonarista, para se circundarem daqueles que dividem a mesma identidade bolsonarista. Para Amartya, essas linhas de pensamento criam ambientes propícios para que os indivíduos abdicuem das pluralidades de suas identidades complexas, mas priorizem a importância de pertencer a um grupo comunitário específico, em vez de outro. Esse processo, segundo o autor, muitas vezes tende a levar o indivíduo a ver a associação a uma comunidade como uma espécie de extensão da própria pessoa (SEN, 2015, p. 64).

Nesse contexto o indivíduo perde sua autoidentificação por critérios diversos, como pela sua fé, nacionalidade, crenças individuais ou sociais, associando-se somente ao grupo comunitário como a totalidade do seu ser. Como consequência, vemos indivíduos que se distanciam de familiares e grupos sociais que divergem do que é reforçado pela identidade comunitária. Tal processo se intensificou desde a pandemia de coronavírus iniciada em 2020. De acordo com uma reportagem feita pela BBC Brasil em fevereiro de 2021:

Embora não existam pesquisas sobre o rompimento das famílias nos EUA, alguns indicadores servem como métrica. Na rede Reddit, um grupo batizado de “Baixas do QAnon” foi criado em julho de 2019 com o objetivo de ser um espaço em que familiares compartilhem as experiências e ofereçam conforto e dicas para quem está na exata situação de Louise. Até junho de 2020, o fórum tinha apenas 3,5 mil membros, mas agora são 132 mil deles e centenas de

milhares de relatos de ruptura e dor (SANCHES, 2021).

O texto jornalístico da BBC segue com relatos de famílias cuja tensão cresceu a níveis onde a própria convivência familiar se tornou insustentável devido à identificação de parte do núcleo familiar a essas identidades excludentes. Em um dos relatos, uma filha e seu noivo ao passarem perto do pai e um amigo, seguidores do Trump, escutou ambos comentarem “se você vota em alguém que não seja Trump, você é um traidor do país”, referindo-se à própria filha e ao genro (SANCHES, 2021).

Por mais que o artigo seja voltado aos seguidores do QAnnon, movimento iniciado em fórum “4 Chan” propagando teorias da conspiração e uma construção mítica da imagem de Donald Trump, o mesmo pode ser percebido no Brasil em relação ao bolsonarismo desde 2018, como outra reportagem, também da BBC, aponta (MORI, 2018).

Dessa forma vemos outras identidade e elos sociais sendo suprimidos frente à narrativa mítica adotada. Em seus escritos, Amartya reforça que:

Em algumas versões do pensamento comunitário, presume-se — explicitamente ou por ilação — que a identidade de uma pessoa associada a uma comunidade deve ser a identidade principal ou dominante (talvez até mesmo a única significativa) que ela tem (SEN, 2015, p. 65).

Assim, pessoas que viviam harmoniosamente são separadas por diferenças produzidas por meio de uma ação social, o que Pierre Bourdieu descreveu como uma mágica social pode transformar as pessoas, informando-lhes que são diferentes (BOURDIEU, 1993, p. 160). Por mais que essa categorização social seja completamente arbitrária, Amartya aponta que, uma vez que tenham sido articulados e reconhecidos em termos de linhas divisórias, os grupos assim classificados adquirem uma relevância derivada, e isso pode ser uma base bastante plausível para as identidades em ambos os lados da linha divisória (SEN, 2015, p. 58).

Vemos, portanto, como essas narrativas criam o espaço para que a segregação do diferente seja reforçada, mesmo que essa diferença seja construída. Porém essa construção é reconhecida e reforçada dentro do grupo, que leva a um cenário que inibe um olhar crítico sobre o tema. Segundo o autor:

Não podemos recorrer a qualquer critério de comportamento racional que não seja aquele em

vigor na comunidade à qual a pessoa envolvida pertence. Qualquer referência à racionalidade produz a réplica “qual racionalidade?” ou “racionalidade de quem?”. Argumenta-se ainda não só que a explicação dos julgamentos morais de uma pessoa deve basear-se nos valores e normas da comunidade à qual ela pertence, mas também que esses julgamentos podem ser avaliados eticamente somente dentro desses valores e normas, acarretando uma negação das reivindicações de normas que competem pela atenção da pessoa (SEN, 2015, p. 66).

Pouco a pouco, as distinções dos “nós”, identidade excludente, e “eles”, aqueles que não se encaixam nessa identidade, ficam mais bem delimitadas e, com o advento do contexto digital, mais isoladas. As redes sociais permitem que as heterotopias nunca se cruzem e reforcem o racional e a leitura de mundo do grupo em questão ao agir como uma câmara de eco. Enquanto isso, os rituais de organização permitem a mobilização desses grupos e sua sensação de pertencimento a algo maior.

CAPÍTULO 2 - UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE AS NARRATIVAS EXCLUDENTES

No capítulo anterior vimos como as retóricas exclusivas geram identidades baseadas na repulsa a outro. Essas identidades são pautadas por uma leitura mítica de realidade que se materializa por rituais entre seus membros.

Neste capítulo analisaremos como se dão as retóricas exclusivas dentro do discurso bolsonarista, tanto anteriormente a se tornarem um movimento de massas até já dentro do governo federal. Para tal seguiremos o caminho indicado pelos professores Nassar, Farias e Pomarico (2019), partindo de perguntas que estruturam as definições tanto de um ritual como de um processo de comunicação:

Quem diz?

- Como o ritual expressa e transmite o poder enunciador, nos contextos das Relações Humanas, da Política e da Cultura?

O que se diz, para quem e como é dito?

- Como o ritual como mensagem e mídia, estruturado em gêneros expressivos das Artes e nas mais diferentes culturas, trabalha na perspectiva do Eu e do Outro o que se diz e as formas de dizer (e não dizer)?

Onde é dito?

- Como se dá a dimensão ritual do espaço, do território, das memórias e das narrativas nas organizações?

Quando é dito?

- Como se dá nas organizações a dimensão ritual do tempo e suas metáforas e suas relações com os fatos, com as estações do ano; com o passado, presente e com o futuro?

Por que é dito?

- Como o ritual organiza as razões daquilo que é transmitido (como experiência, conhecimento, informação, sentimento de pertença e de orgulho, no contexto organizacional, a história organizacional contada e vista pela memória individual e social? (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019, p. 213)

Antes de se tornar líder do executivo nacional, Jair Bolsonaro ganhou notoriedade devido a suas falas tratadas então como polêmicas. Durante uma discussão nos corredores da Câmara dos Deputados, em 2003, Jair Bolsonaro atacou Maria do Rosário, deputada federal pelo PT do Rio Grande do Sul, afirmando que “Eu jamais ia estuprar você porque você não merece”. Posteriormente, em 2014, ele repetiu o ataque na tribuna da casa. Em entrevista ao jornal “Zero Hora”, Bolsonaro disse que a colega “não merece [ser estuprada] porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria” (CARTA CAPITAL, 2018).

A fala abjeta foi dita por um deputado federal eleito, para uma colega deputada, como ataque público, expressa na instância do Legislativo, que visa a representar a casa e a vontade do povo, proferida nos intervalos de sessões com a intenção de afrontar e reduzir publicamente, demonstrando desrespeito e pulsão por violência contra mulheres.

Dentre muitas outras falas excludentes proferidas por Bolsonaro contra mulheres, podemos também pontuar a defesa da ideia de que empregadores devem tratar distintamente funcionários homens de mulheres, feita durante entrevista em 2014, no jornal “Zero Hora”. Ele alegou que “Quando [a mulher] voltar [da licença-maternidade], vai ter mais um mês de férias. Então, no ano, ela vai trabalhar cinco meses”. “Quem vai pagar a conta? É o empregador. Por isso o cara paga menos para a mulher, porque ela engravida”. Já em 2017, durante uma palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, ele descreveu seus filhos indicando: “Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher” (CARTA CAPITAL, 2018).

Esses discursos são feitos sempre por um enunciador que se coloca como o homem que não teme menosprezar as mulheres, tendo esse seu papel validado pelo cargo que ocupa. Ele reforça esse discurso para jornal ou ouvintes de uma palestra que aceitaram dar esse espaço a ele mesmo após ataques como o feito a Maria do Rosário, sabendo haver apoiadores dele e de suas atitudes dispostos a ouvi-lo.

Em ambos os últimos casos as falas foram ditas já por um pré-candidato à presidência da república em seu longo processo de pré-campanha iniciado ainda em 2014 e ditas dentro da sua estratégia eleitoral de ganhar cada vez mais espaço no debate público por meio das falas ultrajantes que proferia, unindo ao seu redor aqueles que, muitas vezes, dividiam a mesma opinião, mas não sentiam poder externalizá-las.

Dentre outras vítimas do discurso excludente de Bolsonaro, ele dedicou muito tempo do seu discurso para o ataque à comunidade LGBTQIA+. Em 2010, durante uma participação no programa Participação Popular, da TV Câmara, que discutia um então projeto de lei para proibir a punição física para crianças, Bolsonaro, enquanto membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), disse que “O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?” (CARTA CAPITAL, 2018).

Um ano depois, em entrevista à revista *Playboy*, Bolsonaro afirmou que “seria incapaz” de amar um filho homossexual, dizendo que “Para mim é a morte. Digo mais: prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”. Declarava também: “Não sou obrigado a gostar de ninguém. Tenho que respeitar, mas, gostar, eu não gosto” (CARTA CAPITAL, 2018).

O uso de espaços midiáticos para destilar homofobia seguiu quando, um vídeo antigo, sem data, foi reproduzido durante uma entrevista de Bolsonaro no programa *Agora é tarde*, da Band, em 2012. Nele, o político dizia que “90% desses meninos adotados [por um casal *gay*] vão ser homossexuais e vão ser garotos de programa com toda a certeza” e, quando questionado sobre a fonte daquele dado, disse não ter “base nenhuma”.

Outro “dado” homofóbico sem base propagado por Bolsonaro foi feito durante uma entrevista à minissérie documentário “*Out there*”, exibida pela emissora britânica BBC, ao indicar que “Não existe homofobia no Brasil. A maioria dos que morrem, 90% dos homossexuais que morrem, morre em locais de consumo de drogas, em local de prostituição, ou executado pelo próprio parceiro” (CARTA CAPITAL, 2018).

Além da homofobia, outro alvo frequente do discurso excludente de Bolsonaro é a comunidade negra, principalmente utilizando ataques à política de cotas. Durante entrevista, de 2010, ao programa *CQC*, da Band, Bolsonaro afirmou ser contra cotas raciais, dizendo que “Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista”. No mesmo ano, no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, ele reafirmou sua posição, negando que haja uma dívida histórica do Brasil com os afrodescendentes. “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida” (CARTA CAPITAL, 2018).

Já em 2017, na mesma palestra realizada no clube Hebraica em que descreveu sua filha como uma “fraquejada”, comparou os moradores de quilombos a animais, usando a unidade de medida usada para aferir o peso de gado e comparando-os a “procriadores”: “Fui num quilombola [sic] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais” (CARTA CAPITAL, 2018).

A xenofobia também faz parte de seu repertório ao dizer que “a escória do mundo está chegando ao Brasil como se nós não tivéssemos problemas demais para resolver”, referindo-se àqueles que ele classificou como “marginais do MST, dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo. Os sírios estão chegando também” que tem pedido refúgio ao Brasil (entrevista ao *Jornal Opção*, de Goiás).

Os contínuos ataques racistas e homofóbicos têm, além do seu claro papel excludente, elementos comuns ao discurso misógino destacado anteriormente. Porém, por mais que tenhamos similaridades em quem diz, para quem e onde é dito (os seguidores que

acompanham veículos de comunicação), vale destacar que o “quando é dito” antecede as pretensões presidenciais de Bolsonaro. Esses discursos racistas, homofóbicos e vis foram os primeiros com os quais ele popularizou seu “estilo polêmico” abrindo portas para sua participação em programas como SuperPop e CQC, tendo nesses espaços adquirido parte do porquê de sua mensagem.

Seu discurso excludente também acha espaço na normalização da violência contra aqueles que a identidade bolsonarista julga que possam ser eliminados, como na sua resposta ao massacre do Carandiru. “Morreram poucos. A PM tinha que ter matado mil” foi o comentário de Bolsonaro após agentes da Polícia Militar de São Paulo matarem 111 detentos durante repressão a uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo. Essa narrativa foi reforçada décadas depois, quando em entrevista no Jornal Nacional, durante a campanha presidencial de 2018, com o argumento de que “violência se combate com mais violência”, defendeu uma maior taxa de mortalidade para as polícias brasileiras: “[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado”.

Essa normalização da eliminação do outro também se estendeu a seus opositores políticos, quando em ato no centro de Rio Branco, também durante a campanha presidencial de 2018, indicou a seus seguidores que “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá”. As frases foram ditas enquanto ele simulava, com um tripé de uma câmera de vídeo, segurar um fuzil e disparar tiros (CARTA CAPITAL, 2018).

No mesmo ano, durante um discurso em vídeo transmitido por um telão na avenida Paulista, em São Paulo, disse “Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, ameaçando seus opositores políticos.

Em agosto de 2008, enquanto ainda deputado federal eleito pelo estado do Rio de Janeiro, durante uma discussão com manifestantes em frente ao Clube Militar carioca, defendeu que “O erro da ditadura foi torturar e não matar”, referindo-se à ditadura militar que comandou o Brasil de 1964 até 1985. A fala foi dita durante um ato de militares que se opunham a uma revisão da Lei da Anistia, a fim de levar à Justiça oficiais acusados de terem cometido crimes durante a ditadura. Anos mais tarde, em julho 2016, durante entrevista no programa Pânico, da rádio Jovem Pan, o então deputado federal, quando questionado, reforçou a frase (CARTA CAPITAL, 2018).

Quando consideramos que, segundo levantamento da *Humans Rights Watch*, a ditadura militar brasileira torturou 20 mil pessoas e 434 foram mortas ou desapareceram (JANSEN, 2019), as falar proferidas são ultrajantes por si só. Mas, uma vez observada pela matriz indicada anteriormente, vemos que a defesa de execuções sumárias foi proferida por

um representante eleito do Poder Legislativo federal. Um homem que se orgulha e se apresenta por meio da sua antiga patente de capitão, por mais que tenha saído do exército após publicar um artigo na revista *Veja* questionando o valor dos soldos para soldados de baixa patente e sendo citado em outra publicação como planejador de atentados a bomba em instalações militares, ocasionando um julgamento no Superior Tribunal Militar e sua eventual saída da corporação (ARAGÃO, 2022). Ainda assim, esses atributos dão ao enunciador o peso das instituições que ele, teoricamente, representa, dando força, destaque e repercussão a suas falas, por mais que nocivas.

Ao analisarmos o que é dito e para quem é dito percebemos que o discurso tem efeitos distintos nas audiências de 2008 e 2016. Em 2008, a fala foi destinada a manifestantes contra a responsabilização de militares pelos seus crimes, pela estrutura do militarismo no Brasil, muitos desses manifestantes poderiam ter parentes entre os acusados ou viver sua vida isolados de civis interagindo somente com outros membros de famílias militares, como descrito pelo antropólogo estudioso dos militares, Celso Castro (BALTHAZAR, 2021). Para eles, o discurso de Bolsonaro defende a realidade construída para o que foi o período de ditadura entre esses grupos e coloca Bolsonaro como defensor dos seus interesses. Ao repetir o mesmo argumento em 2016, no Pânico, o discurso atinge o público de um programa que se popularizou por cruzar todos os limites da ética e do bom senso por meio de falas e atos chocantes. Nesse contexto, aos ouvintes a mensagem chega como mais um discurso escandaloso, que pouco a pouco mina o discurso comum, ao remover os limites da civilidade.

No que diz respeito ao local onde o discurso é dito, vemos que no contexto de 2008 o mesmo é dito no Clube Militar, espaço de circulação e lazer de militares da ativa e reserva, enquanto em 2016 foi dito em um programa diário de grande audiência de uma rádio. Em ambos os casos temos um discurso de feições ritualísticas. Aqueles que frequentam o Clube Militar ou sintonizam na Jovem Pan, o fazem com certa repetição, o fazem esperando o que vão encontrar em determinado horário e dedicam um tempo para estar lá. Quando deparam com alguém sendo bem recebido nesse local, é estendida para o enunciador, assim como seu discurso, uma camada de credibilidade que o frequentador dedica ao local.

Para analisarmos quando o discurso é dito podemos também analisar o porquê de o discurso ter sido dito. No primeiro momento o discurso foi dito nas vésperas de uma possível revisão da Lei da Anistia, tendo aí o seu motivo aquecer as bases militaristas que o elegeram como seu representante. Já na segunda vez a frase foi proferida após já se ter colocado, ainda em 2014, como pré-candidato à presidência da república (MORAES, 2014). Assim, o motivo da fala era eleitoreiro e antevendo a visibilidade que ela poderia lhe render.

A mesma leitura pode ser estendida para outros momentos em que Jair Bolsonaro relativizou ou demonstrou apoio aos crimes cometidos na Ditadura. Em uma participação no programa Câmera Aberta da TV Bandeirantes em 1999, ele mostrou seu apoio às atitudes antidemocráticas ao bravejar: “Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também”. E em outro momento, indicando seu desejo de expurgos violentos no país, comentou: “Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente”.

Durante a votação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, ele optou por dedicar seu voto ao homem responsável por torturá-la no período de repressão política: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim”.

Nesses dois cenários, as falas foram ditas por um representante do Legislativo, para um vasto grupo de pessoas que assistiam ao fato, seja na programação da Bandeirantes, seja na larga cobertura midiática feita do processo de *impeachment*, falas ditas em um estúdio de televisão que aceitou recebê-lo e manter a entrevista após suas declarações, assim como na Câmara dos Deputados, a casa dos representantes do povo. Falas ditas em momentos de fragilidade dos líderes criticados, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff, e ditas para colocá-lo como o algoz que não se omite de atitudes baixas contra seus inimigos, os “outros” do seu discurso.

Nos casos citados, todos antes de sua eventual vitória no pleito eleitoral de 2018, vemos como o discurso exclusivo era amplificado, dado institucionalizado ao ter como enunciador um parlamentar, também usando em sua persona elementos do seu passado militar e identidade misógina e chauvinista. Esse discurso é elaborado para ser antagônico e atacar grupos marginalizados e, simultaneamente, gerar uma ideia de proteção a “valores” e ideias que estariam em risco frente a esses grupos. Ao se colocar nesse papel de defensor de valores, sua comunicação agressiva consegue gerar afetos naqueles que concordam que certos princípios possam estar em risco e direciona esses afetos a grupos minoritários que teoricamente seriam responsáveis por tal derrocada. Afeto, nesse caso, vem de “afetar”, de causar uma mudança, positiva ou negativa, após uma interação (NASSAR; RIBEIRO, 2012, p. 2). Dentro do contexto de excesso de informações, nossa atenção fica dispersa e somente mensagens que conseguem despertar afetos são capazes de serem retidas plenamente. Por isso, ódio pelo outro e o medo de uma fictícia substituição da sua realidade pela do outro são tão presentes em sua narrativa.

Esse discurso é dirigido para grupos não homogêneos, mas que têm elementos em comum. Kalil os dividiu em dezesseis perfis durante sua pesquisa sobre quem eram os eleitores de Bolsonaro em 2018 (KALIL, 2018, p.14 - 24):

1. Cidadãos de bem – homens e mulheres de classe média, que “possuem família” e defendem ideia de “direitos humanos para humanos direitos”;
2. Masculinidade viril – homens de 20 a 35, de classes sociais distintas, que se identificam como “opressores” e veem na justiça a possibilidade de se defenderem de “bandidos” com as próprias mãos;
3. *Nerds*, *gamers*, *hackers* e *haters* – grupos de jovens, majoritariamente masculinos, de 16 a 34 anos, que se colocam como *haters* e *trolls* idolatrando a ideia de “bolsomito” que, de forma organizada, praticam campanhas de assédio *online* contra perfis progressistas, feministas, lésbicas e *gays*;
4. Militares e ex-militares – homens e mulheres com passado nas forças armadas e que veem falta de ordem nas instituições nacionais e na sociedade civil;
5. Femininas e “bolsogatas” – mulheres de 20 a 30 anos de classe média e alta que se identificam como a nova geração de “mulheres de direita”. Usam o lema “sou feminina, mas não sou feminista” e criticam o que descrevem como “discurso de vitimização” da mulher que veem no feminismo;
6. Mães de direita – mulheres de 30 a 50 anos, com filhos em idade escolar, de classe média e baixa, que temem que casais LGBTQIA+ possam “ensinar” ou “mostrar” esses afetos para as crianças e temem uma “doutrinação da ideologia de gênero” ou “doutrinação marxista”. Apesar das opiniões, não se consideram homofóbicas;
7. Homossexuais conservadores – pessoas de 20 a 40 anos, de diversas classes sociais, com um discurso “anti-gay afeminado” e defendem que homossexuais devem manter uma “compostura” em público e não oferecer exemplos de “vulgaridade em público”;
8. Etnias de direita – homens e mulheres, negros, indígenas, orientais, imigrantes, que entendem que os governos de esquerda fragmentaram a “unidade nacional”, muito se colocando contra o “vitimismo” associados a grupos minorizados;
9. Estudantes pela liberdade – jovens, de 14 a 30 anos, estudantes do ensino médio ou universitários que não se veem contemplados no sistema atual e

tecem críticas a uma “educação doutrinadora”, cotas e fazem discursos contra um “marxismo cultural”;

10. Periféricos de direita – homens e mulheres que se identificam como “pobres de direita”, acreditam que as políticas de esquerda não dão conta de resolver os problemas que vivem, em especial o da segurança pública;
11. Meritocratas – pessoas de classe média alta e elites com alta escolarização, que enfatizam terem “vencido por conta própria”, podendo adotar ideias de um Estado mínimo enquanto mantêm críticas ao modelo vigente de “muitos direitos e poucos deveres”;
12. Influenciadores digitais – com perfil heterogêneo, uma forte repulsa ao “comunismo”, “às ideologias de esquerda” e também aos movimentos sociais ou quaisquer grupos que possuam preocupações com as minorias sociais enquanto “alertam” dos riscos do “Brasil virar uma Venezuela”;
13. Líderes religiosos – agrega figuras como padres, pastores, missionários, cantores evangélicos e indivíduos com importância e voz no meio religioso. Repudiam a “ideologia de gênero” com um forte discurso contra o “kit *gay*” que estaria corrompendo as crianças na escola;
14. Fiéis religiosos – perfil de pluralidade religiosa, sendo evangélicos, católicos, espíritas, entre outras crenças, com forte percepção de que a “família tradicional” vem sendo ameaçada nos últimos tempos e que o PT corroborou para que isso acontecesse, levando “ideologia de gênero” e o “kit *gay*” para dentro das escolas;
15. Monarquistas – com perfil diversificado e uma série de adeptos principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, têm ideais de um “passadio glorioso” e buscam reforçar a “manutenção da ordem”. Possuem profundo desprezo pelas correntes de ideias à esquerda e pela Teologia da Libertação;
16. Isentos – perfil que mantém a opinião de que “religião, política e futebol não se discute”, ao menos em público. Defendem que Bolsonaro não representa a solução para os problemas do país, mas possuem um forte sentimento antipetista, anticorrupção ou antissistema.

Todos esses perfis mapeados são afetados de alguma forma pelo discurso exclusivo que Bolsonaro semeou por anos até colher em sua campanha presidencial. A homofobia, o discurso misógino antifeminista, o posicionamento anticotas e muitas vezes racista, a defesa da eliminação de “bandidos” e opositores, assim como a criação de um passado mítico que teria sido a Ditadura Militar, geraram identificação emocional desses diversos perfis com sua mensagem. A emoção usada é o ódio e o ressentimento contra um “outro”.

É preciso apontar o “onde” as falas que popularizaram o bolsonarismo foram dadas, em sua grande maioria, a jornais, programas de televisão e rádio. Todos esses veículos optaram por manter e propagar em suas páginas e ondas os discursos cobertos de ódio de Bolsonaro. Ao tratá-lo como polêmico e não como criminoso, seguiram dando uma plataforma para que suas ideias encontrassem os perfis onde poderiam ressoar e, então, multiplicar.

A chamada feita pela apresentadora do programa SuperPop, da RedeTV, durante a primeira participação de Bolsonaro no programa, em 2011, o apresenta: “Hoje o SuperPop está polêmico. Eu quero que vocês conheçam algumas opiniões do Deputado Jair Bolsonaro. Ele está sendo acusado de um crime de racismo por suas declarações. Olha só” (WORLDNEWSBRASIL, 2011). Em sequência vemos uma montagem na qual é apresentado o perfil do então deputado repetindo suas falas excludentes, relativizando a Ditadura Militar, defendendo a violência física contra crianças homossexuais, colocando-se contra a adoção por casais LGBTQIA+, contra uma “imposição” LGBTQIA+ e contra a política de cotas, por dois minutos e quarenta segundos em TV aberta. O programa segue com uma mulher negra, um homem trans e outras pessoas atacadas pelo seu discurso que “debatem” com Bolsonaro sobre suas opiniões. Todo esse programa, da chamada ao debate, normaliza o discurso excludente perpetrado como algo que pode ser dito na esfera pública, como a outra face equivalente da existência dos grupos atacados que lá podem debater contra aquele que deseja seu extermínio.

Essa anuência da mídia com a narrativa bolsonarista se estendeu até a própria campanha presidencial, quando ele usou dos espaços dos programas Roda Viva e Jornal Nacional para seguir divulgando *fake news* que reforçam afetos odiosos, como citado anteriormente.

O espaço midiático é dotado de uma legitimidade que, uma vez veiculado esse discurso, valoriza a mensagem excludente emitida. Para Mark Suchman (1995), dentro de um ponto de vista sociológico, a legitimidade pode ser vista como uma “percepção generalizada ou um pressuposto de que as ações de uma entidade são desejáveis, corretas ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (SUCHMAN, 1995).

A anuência é acompanhada com o interesse financeiro de muitos desses veículos que lucram com a audiência proporcionada por discursos tão inflamáveis, formando assim uma simbiose entre os interesses do enunciador na propagação da mensagem e os do canal em colher os frutos dessa audiência. É o que relata a revista “Piauí” em matéria que cobre o processo de radicalização da emissora de rádio, com forte presença digital em plataformas como o YouTube, Jovem Pan, descrevendo que a emissora hoje age como braço do bolsonarismo. Na reportagem é citado que:

Um estudo encomendado pelo TSE, ao qual a Piauí teve acesso, reforça que o programa é o principal difusor das versões bolsonaristas nas redes. No relatório, *Os Pingo nos Is* é tratado como “mídia de *reframe*”, expressão que os especialistas usam para designar meios digitais que reenquadram narrativas por interesse político, sem compromisso com o rigor de uma apuração jornalística, mas mantêm a aparência de jornalismo. O programa, diz o estudo, é a principal mídia de *reframe* da extrema-direita no YouTube, com uma audiência muito superior à do segundo lugar, a *Folha Política*. (A esquerda também tem mídias de *reframe*. No relatório, aparecem com essa classificação as tevês 247 e *Afiada*, uma costela do finado *Conversa Afiada*.) (COSTA, 2022).

Quando essa narrativa é adotada por emissoras e programas de televisão, o discurso recebe nuances ritualísticas. Ele é reproduzido por enunciadores que possuem a credibilidade do público (jornalistas e comentaristas políticos), dito em programas jornalísticos para um público que diariamente separa um horário e sintoniza em um canal para se informar sobre notícias. O âncora do jornal não é um mero enunciador, mas é a credibilidade que aquele que o acompanha deposita no jornal. No ato de repetir um discurso ele o oficializa. Ao oficializá-lo, este se torna o outro lado de um argumento, independentemente de a mensagem retransmitida pregar a exclusão de grupos ou da vida em sociedade. Dessa forma, o bolsonarismo, em sua retórica mais excludente, é normalizado e difundido, atingindo novos públicos.

Se refletimos sobre o papel da narrativa enquanto criadora de mundos, visíveis e invisíveis, partindo de sua leitura do presente, passado e futuro (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019, p. 218), precisamos também entender seu papel como destruidora de realidades (LESSA, 2021, p. 24). Para Renato Lessa, a linguagem é transmitida dentro de limites compartilhados por todos, mas ela também pode abrigar o ato de fala que destrói esses próprios limites, o que ele chama de “palavra podre” (LESSA, 2021, p. 24). Para o autor:

Mesmo que não faça sentido, a palavra pode produzir estragos. Mesmo que seja repudiada, já foi dita. O sujeito que a emite, ademais, é dotado de uma consistência notável: é capaz de fazer tudo o que diz, sem qualquer reserva mental. Ainda que se veja impedido de realizar a completa passagem ao ato, ele crê que pode fazê-lo e que isso significa agir com liberdade. É o que basta para que seja muito perigoso, uma vez que está a serviço de uma imaginação eliminacionista. É um obcecado pelo desejo de matar a linguagem, de fazê-la coisa e suprimir qualquer conteúdo metafórico ou figurativo para a palavra “morte”.

O que distingue a palavra pode é o caráter enfático e brutal da sua emissão, não tanto o seu conteúdo. Na dimensão tácita, a linguagem traz um marcador de limite e padrões de previsibilidade, a partir de um núcleo de sentido definido pelas formas de expressão habituais. A palavra pode se sustenta na premissa do não-limite, produzindo o cenário um tanto trágico de dissolução de uma lógica e de um repertório compartilhados (LESSA, 2021, p. 25).

É nesse campo semântico que podemos melhor entender a razão por trás da narrativa bolsonarista. A cada declaração perversa emitida que é tratada somente enquanto uma controvérsia, os limites do debate público são pouco a pouco desgastados. Assim, o que era tratado como algo absolutamente abjeto dentro de suas primeiras falas públicas enquanto deputado federal no final dos anos 1990, hoje, pauta o debate público, sendo validado como um dos lados de uma pretensa polarização.

Esse cenário já é preocupante quando tratamos de uma figura pública usando dessa narrativa para mobilização de afetos contra parte da população, mas toma camadas diferentes quando o enunciador dessa palavra pode se torna uno com as falas da República, tornando-se declarações sobre o “estado da nação” (LESSA, 2021, p. 28).

A narrativa bolsonarista, uma vez no poder, se vê presente numa maior pluralidade de emissores, mas usando do mesmo método. Em fevereiro de 2020, momento em que o mundo via o crescimento inicial da COVID-19, que viria a se espalhar por todo o globo, Paulo Guedes, ministro da Economia, discursava no seminário “Abertura do Legislativo 2020”, pela revista “Voto”, em Brasília, quando, ao se referir à cotação do dólar frente ao

real, disse que “O câmbio não está nervoso, (o câmbio) mudou. Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada. Pera aí. Vai passear ali em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita. Vai para Cachoeiro de Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu, vai passear no Brasil, vai conhecer o Brasil. Está cheio de coisa bonita para ver”. No período em questão o dólar se encontrava a R\$5,60, em maio do mesmo ano, resultado de um acúmulo de fatores, inclusive externos, o dólar colou na casa dos R\$ 6. No ano de 2021, o Brasil acumulou inflação de 10,6%, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), sendo a maior desde 2015 (MAROS, 2022).

Ao analisarmos a narrativa vemos que ela é emitida pelo ministro de Economia, a pessoa responsável pela estabilização de gestão das contas públicas brasileiras. A manifestação indica uma necessidade de conformismo da situação que deve ser adotado pelas populações trabalhadoras, em sua maioria mais pobre, descritas pela figura da empregada doméstica. Fica claro na narrativa que o governo federal não agirá para mitigar os impactos do câmbio nessa população.

Ela foi proferida num evento que, segundo sua própria organização, “busca reunir os principais líderes do novo governo para interagir diretamente com alguns dos mais importantes executivos brasileiros. O Seminário de Abertura do Ano é uma oportunidade ímpar de aproximação entre o governo federal e o setor produtivo brasileiro”. Vemos que o público participante do evento não abarca a população penalizada no cenário pintado por Paulo Guedes. Uma vez que os participantes do evento, que visam à exportação de sua produção, têm a ganhar com a medida, a aporofobia da fala não causa necessariamente o espanto enquanto reforça a esses grupos uma ideia de que certas pessoas não devem frequentar certos espaços.

Vemos que a manifestação indica uma necessidade de conformismo da situação que deve ser adotado pelas populações trabalhadoras, em sua maioria mais pobre, descritas pela figura da empregada doméstica. Esse conformismo é devido a uma mudança de posicionamento político e social, no novo posicionamento essas pessoas não são mais o foco das medidas econômicas, sendo excluídas de certas possibilidades e relegadas aos locais que a classe dominante julga que elas possam estar.

O mesmo sentimento é percebido nas declarações sobre o acesso ao ensino superior. Ricardo Vélez, o primeiro de cinco ministros da Educação do período de 2019 a 2022, durante uma entrevista ao jornal “Valor Econômico”, defendeu o fortalecimento do ensino técnico em detrimento do universitário, um dos focos do novo modelo de Ensino Médio implementado pelo ex-presidente Michel Temer: “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]”. Tal narrativa também já foi defendida pelo terceiro ministro apontado por Bolsonaro para a

pasta, Milton Ribeiro. Disse à TV Brasil que “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade” (MAROS, 2022).

Novamente a narrativa excludente é emitida pelos responsáveis por organizar uma solução para os problemas atuais e históricos para o acesso à educação. Elas são ditas para veículos de comunicação que propagam a mensagem e pouco a pouco a normalizam como alternativas à busca do aumento do acesso a universidades. As falas são ditas em um momento de pretensa dificuldade econômica nacional, sendo uma alternativa mais barata do que a construção de universidades, mas que penaliza principalmente as populações mais pobres.

Nessas falas a narrativa excludente segrega o espaço universitário e as consequentes possibilidades de ascensão social que ele permite a uma “elite”, segregando a população entre aqueles que podem ter o acesso a essa oportunidade e aqueles que devem se contentar com alternativas para sua profissionalização.

Outra fala de um ex-ministro da Educação que reproduz uma narrativa exclusiva foi uma infame publicação no Twitter feita por Abrahan Weintraub. Nela ele reproduziu a teoria conspiratória que tentava associar a pandemia de COVID-19 com um plano do governo chinês contra um dito “Ocidente”. “Geopoliticamente, quem pode Lá sair foLtalecido, em telmos Relativos, dessa cLise mundial? PodeLia seL o Cebolinha? Quem são os aliados no BLasil do plano infalível do Cebolinha paLa dominaL o mundo? SeLia o Cascão ou há mais amiguinhos?” A publicação incorporou o detalhe fonético que de maneira racista é associado à fala dos chineses em uma ilustração da Turma da Mônica na Muralha da China – o personagem Cebolinha tem como uma de suas características a troca o “erre” pelo “ele” (MAROS, 2022).

A fala do ex-ministro, além de racista e xenofóbica, tem efeito excludente contra a população sino-brasileira, reforçando preconceitos e expondo essa população a ataques fomentado por tais teorias conspiratórias. Como apontado em artigo de Mariana Mandelli na “Folha”:

A sinofobia generalizada nos Estados Unidos fez surgir, em março de 2020, a campanha Stop AAPI Hate, que já contabilizou 3.795 denúncias do tipo. A sigla AAPI significa Asian Americans/Pacific Islanders e faz referência a chineses, coreanos, japoneses, vietnamitas, cambojanos e filipinos, entre outras nacionalidades.

No Brasil, tivemos um contexto similar no que tange a uma postura sinofóbica de autoridades públicas: parlamentares e ministros de Estado

propagaram, nas redes sociais, ideias semelhantes por meses, imputando à China a responsabilidade pela pandemia e gerando graves conflitos diplomáticos com a embaixada do país.

A estigmatização social de um país, uma população ou uma comunidade, quaisquer que sejam eles, é fruto de uma combinação perigosa de medo, desconhecimento e preconceito, e pode ter consequências trágicas em um momento crítico como o pandêmico, em que a desinformação prolifera em uma velocidade frenética (MANDELLI, 2021).

Assim vemos as consequências excludentes da narrativa propaganda por um ministro do governo, em uma plataforma pública. Comunicando uma narrativa conspiratória para grandes grupos, tem como alvo atacar um dos maiores parceiros econômicos do país, mas desvaloriza também a existência de parte da população brasileira.

Essa atitude que despreza parte da população é uma das tônicas recorrentes dos membros do governo, garantindo a essas narrativas seu fator excludente. Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares, durante uma reunião a portas fechadas com servidores da fundação, declarou que “Não tenho que admirar Zumbi dos Palmares que, para mim, era um filho da puta que escravizava pretos. Não tenho que apoiar Dia da Consciência Negra. Aqui não vai ter zero” [...] “Invadiram este prédio aqui para me espancar. Quem poderia ter feito isso? Invadiram com a ajuda de funcionários daqui. O movimento negro. Os vagabundos do movimento negro. Esta escória maldita.”. A gravação dessa declaração foi divulgada pelo jornal “O Estado de S. Paulo” (MAROS, 2022).

Por mais que esse caso tenha em comum com os outros mencionados partir de um enunciador responsável pela defesa da população que seu discurso excluí, neste caso a declaração não foi pública, mas direcionada a trabalhadores da fundação. A fala veio a público devido a um vazamento, mas mostra o papel de ocupação de instituições públicas por propagadores da mentalidade excludente, direcionando, tacitamente, os servidores a excluir de sua atuação a população que se organiza por meio do movimento negro, entendendo-os como escória.

Vale destacar que, após assumir a posição de chefe do Executivo, Jair Bolsonaro seguiu com sua disseminação de retórica excludente com a população que não se alinha ao seu projeto de poder. Depois dos resultados do primeiro turno da campanha eleitoral de 2022, o presidente da república atacou a população do Nordeste, região onde o candidato à presidência, Luís Inácio “Lula” da Silva, teve melhor desempenho. “Lula venceu em nove

dos dez estados com maior taxa de analfabetismo”, disse o candidato derrotado, que no mesmo período cortou recursos da Educação. “Você sabe quais são esses estados? No nosso Nordeste.”

A retórica de Bolsonaro, presidente da república, divulgando uma mensagem que associa a população de toda uma região ao analfabetismo, propaga mais de uma velha xenofobia política contra a região, historicamente alinhada à esquerda. Quando usa de suas transmissões ao vivo para propagação da mensagem, ele incita esse ódio em seus apoiadores durante um processo eleitoral acirrado, resultando em ataques diretos a essa população.

Em um texto postado em rede sociais, Fabrício Manini, ex-jogador de futebol, disse que “Depois do resultado do primeiro turno das eleições, espero que todos os eleitores do Bolsonaro, assim como eu sou, quando encontrar alguém passando fome ou pedindo algum alimento, não ajude. Passe com o carro por cima da cabeça, pro país não ter mais despesas com esses vermes”.

Em outra publicação, a vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil em Uberlândia, Flávia Aparecida Moraes, disse em vídeo: “A todos aqueles brasileiros que a partir de hoje têm que ser muito inteligente. Nós geramos empregos, nós pagamos impostos e sabe o que a gente faz? A gente gasta o nosso dinheiro lá no Nordeste. Não vamos fazer isso mais. Vamos gastar dinheiro com quem realmente precisa, com quem realmente merece. A gente não vai mais alimentar quem vive de migalhas. Vamos gastar o nosso dinheiro aqui no Sudeste, ou no Sul ou fora do país, inclusive porque fica muito mais barato. Um brinde à gente que deixa de ser palhaço a partir de hoje”. Esses são só alguns dos ataques frente a uma maré de memes, textos e postagens de anônimos e anônimas que atacam o povo nordestino, utilizando expressões como “mortos de fome”, “vendedores de rede” e “dependentes do Sudeste” na busca de melhores condições de vida (MANDELLI, 2022).

Essa narrativa é reforçada pelo comentarista político Rodrigo Constantino, apoiador de Jair Bolsonaro, que usou suas redes sociais para compartilhar uma imagem do mapa do Brasil em que o Nordeste aparece pintado de vermelho, separado do resto do país e classificado como “Cuba do Sul”. Na mesma publicação, ele afirmou que “a parte do país que mais recebe assistencialismo decide sobre a parte do país que mais produz para o PIB” (LANE, 2022). O historiador Frederico Castro Neves vê nessa xenofobia similaridades com outros sentimentos excludentes: “O ódio aos nordestinos tem a mesma origem que o ódio aos pobres, ou o ódio aos judeus, ou o ódio aos estrangeiros, o ódio aos esquerdopatas, etc. O que se deve observar é o ‘ódio’, ou seja, a incapacidade de conviver com a diferença”. Esta incapacidade é a base da identidade excludente que precisa eliminar o outro para justificar a preservação do seu grupo.

A retórica excludente encontra sua síntese, dentro do discurso de Jair Bolsonaro, quando verbaliza a narrativa de normalização da morte de alguns. O primeiro caso confirmado de coronavírus no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, a partir deste o país assistiu a um crescente número de casos, que resultou em mais de seiscentos mil mortos, colocando-nos no mórbido pódio de países com o maior número absoluto de mortos, em segundo lugar, apenas atrás dos Estados Unidos da América, que teve mais de um milhão de óbitos registrados para a pandemia.

Em abril de 2020, percebe-se o crescimento exponencial de casos e vítimas do vírus. Quando questionado por um repórter sobre as trezentas mortes registradas em 20 de abril de 2020, a resposta de Bolsonaro foi “Ô, cara, quem fala de... Eu não sou coveiro, tá certo?” (QUEIROZ, 2022). Um dia antes, Bolsonaro havia participado de um ato a favor da intervenção militar, que provocou grande aglomeração nos arredores do Quartel General do Exército.

Ainda em abril, apenas oito dias após o caso citado acima, ao ser indagado pelo recorde de falecimentos pela doença à época, com 5017 mortes naquele mês, a resposta do líder do executivo foi “E daí, lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre” (QUEIROZ, 2022).

Dentre muitos outros ataques, críticas e atuações diretas contra medidas cientificamente comprovadas para o controle do vírus, a base da narrativa bolsonarista foi a deslegitimação da doença. Para o médico Drauzio Varella, Bolsonaro não agiu como negacionista, mas como “um ativista para a disseminação do vírus” (RIBEIRO, 2022).

Segundo estudo publicado na revista científica “The Lancet”, os principais fatores que levaram para os números da primeira onda da epidemia foram a desigualdade de renda e de infraestrutura de saúde. Porém a segunda onda foi “explicitamente moldada pela escolha partidária dos municípios”. De acordo com os pesquisadores:

Esse comportamento pode ser explicado pelo fato de que, quase um ano após a pandemia, o governo federal ainda se recusou a apoiar recomendações de distanciamento social e uso de máscara, além de ter promovido tratamento precoce com medicamentos que já tinham tido sua ineficácia comprovada. Essas atitudes impulsionaram o “comportamento de risco das pessoas alinhadas ao pensamento do presidente Bolsonaro, expondo-as à Covid-19 e resultando em maior taxa de mortalidade [...]

Assim, nossa análise demonstra que a escolha partidária foi um dos fatores que explicam por que municípios brasileiros com as mesmas características de desigualdade, renda e serviços de saúde se comportaram de forma diferente na primeira e segunda ondas da pandemia de Covid-19 (G1, 2022).

Esses são resultados aferidos do poder destrutivo da narrativa excludente. Em mais um caso vemos o responsável por coordenar uma resposta para a crise passada eximindo-se dessa posição enquanto parte da população precisa lidar com as consequências diretas do discurso proferido. As falas sendo ditas durante o período de uma crise de saúde pública aumentam a criticidade da ação estatal, que teve como política a ideia de que parte da população nacional iria morrer, ou, como dito pelo próprio presidente, “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo o mundo”.

Dessa forma, a narrativa excludente carrega em suas palavras o peso das vidas e realidades que ela confronta, pouco a pouco limitando suas vítimas a posições mais menosprezadas, o que municia aqueles indivíduos radicalizados, por identidades também excludentes, com as justificativas retóricas para agir rumo à eliminação desses grupos excluídos.

Ela alimenta as heterotopias que as identidades excludentes ocupam, ao fornecer a leitura da realidade por meio dessas práticas históricas. O escritor angolano José Eduardo Agualusa (2019, p. 8) aponta como um traço de uma boa narrativa atuar como “uma máquina do tempo, não só por nos fazer viajar para outras eras e lugares, mas, sobretudo, pelo poder que tem de desacelerar as horas”.

É nas suas narrativas que presente, passado e futuro são reorganizados para construir a maneira como seus seguidores se colocarão nesses espaços. Fatos históricos são irrelevantes, uma vez que eles são realinhados pelas lentes da identidade e são essas lentes que alimentam uma leitura na qual identidades majoritárias se percebem como vítimas e portanto precisam agir contra os grupos que os antagonizam.

As narrativas em questão possuem múltiplas bases, seja anticomunista ou anti-esquerda, pautadas pelos governos que antecederam o governo Bolsonaro, seja uma anti-pluralidade sexual, religiosa, de organização social ou até mesmo racial, e constroem uma sensação de perigo iminente para diferentes grupos que formam o bolsonarismo. Em todas elas o medo é usado como o afeto-base para engajar as pessoas, seja o medo da corrupção política ou da corrupção moral da sociedade, mas sempre um medo de ter a sua leitura ou base de mundo substituída por uma outra identidade que a ameaça.

Justamente pela suposta ameaça, as narrativas, mesmo que violentas, se justificam, pois são lidas dentro de um contexto que as entendem como a proteção da identidade. Este *Schadenfreude* (o prazer do sofrimento de alguém que você acredita que merece sofrer) narrativo, dentro de um contexto de tensão, se torna violência real. Isso pode ser percebido nos assassinatos políticos contra eleitores do candidato à presidência Luís Inácio “Lula” da Silva, citados anteriormente, ou o acirramento dos ataques contra os membros do Supremo Tribunal Federal que, após impor limites às ações de Bolsonaro e seus asseclas, se tornou uma das principais vítimas dos ataques presidenciais.

Essas narrativas minam o debate público, pois elas removem a base de uma busca por um consenso frente a interesses comuns, substituindo-o por retóricas de guerra nas quais a eliminação do opositor é necessária para a sobrevivência própria e dos seus.

Para discutir maneiras de se lidar com essas narrativas, podemos olhar como Estados que tiveram que lidar com esse tipo de retórica o fizeram. O mais explícito dos casos é o trato dado pela Alemanha em reconhecimento ao seu passado nazista e o seu papel na execução de política de morte.

O Código Penal alemão proíbe negar publicamente o Holocausto, assim como divulgar propaganda nazista, sendo considerados como propaganda o compartilhamento de imagens como suásticas, o uso do uniforme do batalhão nazista “SS” ou as declarações que apoiem a ideologia nacional-socialista (DAMASCENO, 2022).

Mantendo as devidas proporções, para não comparar movimentos históricos com características distintas, por mais que ambos autoritários, não houve no Brasil qualquer tentativa de impedir a divulgação de discursos apologistas da Ditadura Militar brasileira nem mesmo de seus atos mais violentos.

Caso o Brasil tivesse adotado medidas similares às alemãs, falas como a de Bolsonaro, enaltecendo o torturador e coronel do exército brasileiro, Brilhante Ustra, no Congresso Nacional, ou suas defesas ao regime, indicando que os militares deveriam ter matado ainda mais brasileiros, seriam inconcebíveis e, caso ainda assim fossem emitidas, seu emissor precisaria responder judicialmente por elas.

Outra preocupação da legislação alemã está no estabelecimento de limites legais sobre as empresas de mídia social em como moderar e denunciar discursos de ódio, protegendo assim grupos marginalizados. Aqueles que infringirem o que está prescrito no parágrafo sobre “incitação ao ódio”, e “aprovando, glorificando ou justificando” o regime nazista, podem ser condenados a pena de até três anos de prisão ou multa (DAMASCENO, 2022).

Novamente, a construção de ambientes digitais e midiáticos mais seguros por meio da estipulação de regras que inibam a propagação de discursos de ódio poderia ser uma

alternativa para impedir que líderes extremistas usassem dessas plataformas para propagação de narrativas excludentes.

As redes sociais, assim como a mídia tradicional, uma vez que se coloca dentro da lógica dos algoritmos, é favorecida por discursos polêmicos, que despertam afetos e resultam em um maior engajamento e, conseqüentemente, maior rentabilidade para essas plataformas. Por isso é uma regulamentação estatal que inibe esses canais, para não serem cooptados por discursos excludentes. Como apontado por Damasceno:

Na Alemanha, as principais redes sociais como Facebook e YouTube são obrigadas a excluir comentários de ódio. A partir do início deste mês (fevereiro), a situação legal se tornou ainda mais rigorosa: as redes sociais com mais de 2 milhões de usuários não têm apenas que excluir conteúdo criminoso, mas também são obrigadas a denunciar o conteúdo e os endereços IP ao Departamento Federal de Investigações Criminais (BKA).

Para isso, o órgão inaugurou sua nova central dedicada a denúncias de crimes na internet, empregando 200 policiais dedicados ao combate a crimes de ódio (DAMASCENO, 2022).

É importante ressaltar que apesar dessas medidas o partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (*Alternative für Deutschland*, sigla AfD) conseguiu, a partir de 2015, surfar na onda dos movimentos nacionalistas populistas usando de um forte discurso excludente anti-imigração, chegando a conseguir cadeiras no Bundestag (Parlamento Alemão). No Legislativo o partido foi tratado como pária, com os outros partidos recusando-se a formar alianças com a legenda. Hoje ele enfrenta uma queda de popularidade conforme o interesse por pautas como a migratória diminui (FURSTENAU, 2022). Esse exemplo mostra como a adoção de um papel institucional contra pautas excludentes limita sua possibilidade de propagação e consolidação de poder.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esteira de eventos que marcaram as últimas horas do processo eleitoral de 2022, quando o bolsonarismo buscava reeleição de seu líder, um se destacou. No dia 30 de outubro, durante a votação do segundo turno entre Jair Bolsonaro e o agora presidente eleito pela terceira vez, Luiz Inácio “Lula” da Silva, a Polícia Rodoviária Federal descumpriu ordem emitida no dia anterior do TSE. Nela, o presidente da corte, Alexandre de Moraes, proibiu que a PRF realizasse qualquer operação relacionada ao transporte público de eleitores no domingo, para não atrapalhar a votação (CAMARGO; FALCÃO, 2022). Por mais que operações similares tenham sido realizadas no primeiro turno, para o segundo turno houve um aumento de 209%, indo de 296 abordagens para 619. A ação foi direcionada a ônibus e 47,6% delas foram realizadas em estados do Nordeste brasileiro, região onde o candidato à reeleição possui maior rejeição (STABILE; SANTOS, 2022).

O processo de aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal pelo Bolsonarismo foi denunciado pelo jornalista Allan de Abreu em reportagem para a revista “Piauí” (ABREU, 2022). Ele é reforçado quando observamos que, na véspera das operações da organização no segundo turno, o diretor-geral da instituição usou suas redes sociais para pedir votos a Jair Bolsonaro (BORGES, 2022). A situação se agrava frente à notícia reportada por Lauro Jardim, indicando que essa operação da Polícia Rodoviária Federal foi orquestrada em uma reunião ocorrida no Palácio da Alvorada no dia 19 de outubro (JARDIM, 2022). Nela é citada uma fala de um integrante da campanha de Bolsonaro, que teria dito: “Nem seria preciso dar uma ordem explícita para nada. Como o efetivo dessas forças policiais é basicamente composto de simpatizantes do presidente, a consequência de uma operação como essa é óbvia” (JARDIM, 2022).

Dessa forma não é surpreendente a organização cooptada para executar a agenda exclusiva da identidade bolsonarista, não sendo necessária ordem expressa para que membros do seu grupo ajam para acuar e reprimir a atuação política de outro grupo que, a seu ver, merece ser excluído.

O estudo bibliográfico realizado indica o poder destrutivo que a construção de uma identidade excludente pode construir. Essas identidades partem da premissa de que a existência do seu modo de viver está ameaçada pela existência de outro grupo com um modo distinto de ocupar a realidade. Ao analisamos por uma perspectiva histórica, o século XX apresenta uma série de eventos nos quais as diferenças étnicas, religiosas ou sociais foram usadas como base para que grupos buscassem o extermínio daqueles que não se encaixavam em sua identidade.

Para que a eliminação seja justificada é necessário um processo de construção do “outro” em contraposição ao “nós” de modo que ambos possam ser percebidos como

antagônicos em sua essência. Essa concepção é criada por meio de estereótipos e generalizações do que são os “outros” e, a partir dessa construção, o “nós” é consolidado pela oposição aos estereótipos criados, podendo assim gerar antagonismos onde até antes não havia.

A consolidação do “nós” e “eles” gera um cenário de separação dos indivíduos, no qual o discurso exclusivo floresce. Uma vez que um grupo percebe o outro como essencialmente distinto de si, é aberta a possibilidade de entender o seu espaço como exclusivo a sua identidade, e a existência de outros grupos nele como um perigo ao seu, mesmo esse perigo não sendo justificado.

É nesse espaço em que as identidades conseguem justificar, excluir muitas pessoas, enquanto oferecem um acolhimento para muitos outros dentro do grupo “dos justos”. Nesse momento abre-se o espaço para as identidades que Arjun Appadurai chama de predatórias, que visam justamente à extinção das outras identidades. Isso pode ser percebido na acuação de eleitores feita pela Polícia Rodoviária Federal.

Essa identidade é construída por meio de narrativas que tanto definem os seus limites quanto constroem seus opositores. No caso do bolsonarismo, esse processo foi construído por meio de uma articulação entre uma grande participação virtual e uma ação nas ruas, via manifestações, o que a antropóloga Isabela Kalil definiu como um “laboratório de experimentação” para uma nova forma de comunicação (KALIL, 2018, p. 6). Tal forma de comunicação permitiu que esses grupos se organizassem e criassem elos que moldaram a identidade bolsonarista.

A identidade é reforçada e sedimentada pelo papel ritualístico que as mobilizações de ruas cumprem para esses indivíduos, promovendo a convergência desses indivíduos em um corpo coletivo (NASSAR; FARIAS; POMARICO, 2019).

Outra ferramenta usada na pavimentação da narrativa excludente bolsonarista é o que Roland Barthes (2001) chamou de mito. É por esse processo semântico que a retórica excludente consegue esvaziar de seu significado inicial os signos enquanto adiciona uma segunda camada de interpretação.

Assim surgem as distorções como a bandeira “anticorrupção” carregada no discurso bolsonarista, na qual o significado não é o ato concreto de corrupção, mas uma ideia geral associada àqueles que pertencem a governos antagônicos a essa identidade. Dessa forma, suspeitas de corrupção associadas a aliados do governo, ou até mesmo à família Bolsonaro, não garantem a pecha de corrupto, pois a corrupção que é combatida ocupa um espaço de corrupção moral associada àqueles aos quais a identidade bolsonarista se opõe.

Nesse processo o que a identidade excludente cria é uma heterotopia, como elaborada por Michel Foucault (2013), uma construção mítica do espaço em que vivemos. Isso gera um cenário onde, por mais que dividam um mesmo território, a identidade

excludente vive uma realidade diferente da dos grupos que ela abjeta, percebendo o meio que os circunda de maneiras distintas. Ela pode assim justificar sua visão de mundo em que, mesmo não enfrentando perigo real, precisa se defender e se proteger de grupos externos que ofereceriam um risco a sua existência.

Partindo dessa base teórica, vemos como o processo excludente se deu em momentos diferentes da história, desde a formação de uma identidade até ela se tornar predatória, buscando a eliminação de outros grupos. Como esse processo se dá a partir de narrativas, que pouco a pouco constroem a identidade assim como motivam sua pulsão destrutiva, foi mapeado como os discursos públicos de Jair Bolsonaro cumprem um papel em promover um ideário excludente de parte da população.

Percebemos que, desde os anos 1990, o, na época, deputado federal usava do discurso excludente como plataforma para propagar o seu discurso. Devido ao teor agressivo e contra as regras sociais, essa narrativa permitia que seu interlocutor ganhasse um destaque desproporcional a sua atuação legislativa pouco expressiva.

Seus comentários inescrupulosos reverberaram e davam visibilidade tanto para si como para os meios que disponibilizavam o espaço para ele. A concessão desses espaços foi essencial para um processo de legitimação da mensagem que era emitida.

Mark Suchman (1995) apresenta a legitimidade como “uma percepção generalizada ou um pressuposto de que as ações de uma entidade são desejáveis, corretas ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (SUCHMAN, 1995). Aplicando essa concepção para os espaços midiáticos, podemos apontar que, ao repercutirem mensagens que propagam o ódio contra parte da população, elas concediam a esse discurso a legitimidade atribuída ao próprio veículo em que isso foi dito.

Assim foi gestado o ovo da serpente, abrindo o espaço que, uma vez no poder, foi usado contra a própria imprensa. Os ataques à imprensa se intensificaram sob o governo Bolsonaro, segundo reportagem da “Agence France-Press”:

Nunca houve tanta hostilidade como no governo de Bolsonaro, que vê a imprensa como um elemento “antipatriótico”, explicou à AFP Arthur Ituassu, professor de Comunicação Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). O presidente a considera “um inimigo que tem que ser derrotado”. Desde 2018, o Brasil caiu cinco posições, para a 110ª entre 180 países, no índice de liberdade de expressão da organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF),

que destaca que Bolsonaro "ataca periodicamente jornalistas e mídia em seus discursos" (AGENCE FRANCE-PRESSE, 2022).

Outras instituições também concederam sua legitimidade à narrativa exclusiva do bolsonarismo. Podemos destacar o convite feito pelas forças armadas para que o ex-militar discursasse em formaturas de cadetes e aspirantes desde 2014 até após ser eleito presidente da república:

A penetração do deputado nas Forças Armadas passa até mesmo pela Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas, São Paulo, e pela Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, Rio de Janeiro, duas das mais conceituadas da corporação. Ele frequentou as duas instituições, tendo se formado na segunda em 1977. Durante visita recente ao local, o deputado foi recepcionado aos gritos de "líder!" pelos aspirantes a oficiais. Em rápido discurso, Bolsonaro aproveitou para fazer campanha: "Parabéns para vocês. Nós temos que mudar este Brasil ok? Alguns vão morrer pelo caminho, mas estou disposto a, em 2018, seja o que Deus quiser, tentar jogar este Brasil para a direita. O nosso compromisso é dar a vida pela pátria, e vai ser assim até morrer" (ALESSI, 2017).

Além das forças armadas, podemos destacar o papel de algumas igrejas ao abrirem suas portas para o discurso exclusivo bolsonarista, apresentando a realidade aos seus fiéis como se o país vivesse uma guerra espiritual com os opositores do bolsonarismo representando todo o mal da humanidade.

"ESTAMOS SIM vivendo em uma guerra espiritual", cravou Michelle Bolsonaro em um dos encontros que ela e Damarens Alves têm realizado com mulheres cristãs pelo país. "Esse câncer do partido das trevas vai ser dissipado da nossa nação. Esse partido [o PT], ele só veio pra matar, roubar e destruir a nossa nação". Em um primeiro

momento, o discurso da primeira-dama pode parecer carregado apenas para dar mais dramaticidade à tentativa de atrair os votos das mulheres preocupadas com os “valores bíblicos”. Mas a situação é mais grave.

A pregação de Michelle é, antes de tudo, um exemplo de como o segmento evangélico tem sido assediado pelo discurso bolsonarista mais radicalizado, dentro e fora dos templos, fomentando uma profunda hostilidade à esquerda e às propostas progressistas. Em segundo lugar, é um estrago que não apenas afeta as igrejas evangélicas no país, como desenha consequências ameaçadoras para o pós-eleição (PACHECO, 2022).

Dessa forma, essas entidades concedem ao bolsonarismo, além de uma plataforma, a legitimidade concedida a elas por seus membros. Sendo o sistema de crenças um dos pilares do processo de legitimação, Victor Pereira aponta que “a concordância, ou não, das ações em relação às crenças pode resultar em um comportamento colaborativo, de manutenção, ou disruptivo, de revolução” (PEREIRA, 2022, p 65). Assim, a retórica excludente bolsonarista ocupa espaços centrais para a formação da opinião de indivíduos e contamina com seu discurso, tornando esses suscetíveis à radicalização ao adotarem uma identidade excludente e predatória aos divergentes.

A narrativa exclusiva corrói o discurso uma vez propagada, pois usa da legitimidade dada ao propagador para se colocar como um argumento viável ou até mesmo como “o outro lado” para um tema. Age assim com o que Renato Lessa definiu como palavra podre, ao deteriorar os limites da discussão dentro do debate público. Os efeitos desse discurso são percebidos no momento em que as ações e falas excludentes e violentas contra grupos se naturalizam e abrem o caminho para identidades predatórias radicalizem-se contra as identidades divergentes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. O Instrumento. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, Edição 191, p. 18-25, agosto de 2022.

AGENCE FRANCE-PRESSE. Bolsonaro e seus confrontos com a 'incômoda' imprensa brasileira. Uol notícias, 1 de outubro de 2022. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/10/01/bolsonaro-e-seus-confrontos-com-a-incomoda-imprensa-brasileira.htm>>

AGUALUSA, José Eduardo. Breviário do pirômano suicida. **O Globo**, Rio de Janeiro. 24 ago. 2019. Segundo Caderno, p.8.

ALESSI, Gil. Quartéis se abrem para a campanha eleitoral de Bolsonaro. **El País**, 22 de outubro de 2017. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/20/politica/1508513779_228341.html>

ANATER, Rubens. Guilherme Boulos é ameaçado por apoiador de Bolsonaro em São Bernardo do Campo. **Terra**, 10 de setembro de 2022. Disponível em <<https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/guilherme-boulos-e-ameacado-por-apoiador-de-bolsonaro-em-sao-bernardo-do-campo,4b22f404faf3102b9babce867f68eab5vbl7he88.html>>

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: Ensaios sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009.

ARAGÃO, Alexandre. Jair Bolsonaro: a trajetória militar e política do presidente que busca a reeleição. **Jota jornalismo**, 13 de maio de 2022. Disponível em <<https://www.jota.info/eleicoes/jair-bolsonaro-a-trajetoria-militar-e-politica-do-presidente-que-busca-a-reeleicao-13052022>>

BALTHAZAR, Ricardo. Isolamento marca geração de militares que chegou ao poder com Bolsonaro, diz pesquisador. **Folha de São Paulo**, 25 de setembro de 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/isolamento-marca-geracao-de-militares-que-chegou-ao-poder-com-bolsonaro-diz-pesquisador.shtml>>

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 131-178.

BASSETS, Marc. Populismo: a sequência por trás de uma década de cortes. **El País**, 10 de setembro de 2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/05/economia/1536154753_064111.html>

BORGES, Rebeca. Diretor-geral da PRF pede votos para Bolsonaro no Instagram: "Vote 22". **Metrópoles**, 30 de outubro de 2022. Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/diretor-geral-da-prf-pede-votos-para-bolsonaro-no-instagram-vote-22>>

BREWER, Kristie. Como dois homens sobreviveram à prisão onde 12 mil foram mortos. **BBC** Phnom Penh, 14 de junho de 2015. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150612_camboja_sobreviventes_prisao_fn>

CAMARGO, Isabela; FALCÃO, Márcio. PRF descumpre ordem do TSE e para pelo menos 610 ônibus de eleitores em blitz; Moraes intima diretor-geral. **TV Globo**, 30 de outubro de 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/prf-descumpre-ordem-do-tse-e-faz-pelo-menos-514-operacoes-de-fiscalizacao-contr-a-onibus-de-eleitores.ghtml>>

CAMPBELL, Joseph. **Mito e transformação**. São Paulo: Ágora, 2008, p. 34-40.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, 29 de outubro de 2018. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Dados de 2021. Brasília: CIMI 2022. Disponível em <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>>

COSTA, Ana Clara. A Jovem Pan e o golpe. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, Edição 191, p. 18, 25, agosto de 2022.

DAMASCENO, Marcio. O que a legislação alemã diz sobre apologia do nazismo. **DW Brasil**, 9 de fevereiro de 2022. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/o-que-a-legisla%C3%A7%C3%A3o-alem%C3%A3-diz-sobre-apologia-do-nazismo/a-60715765>>

ESTADÃO CONTEÚDO. Bolsonaristas aumentam ataques ao STF a um dia do 7/9; presidente silencia. **Isto é Dinheiro**, 6 de setembro de 2022. Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaristas-aumentam-ataques-ao-stf-a-um-dia-do-7-9-presidente-silencia/>>

EU ERA DE DIREITA E NÃO SABIA. Jair Bolsonaro diz que a minoria tem que se adequar à maioria 10/02/17. YouTube, 15 de fevereiro de 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=BCKEwP8TeZY>>

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 437.

FOUCAULT, Michel. **Os corpos utópicos, as heterotopias**. 1 ed. São Paulo: n-1 Edições 2013, p. 19-30.

FURSTENAU, Marcel. A AfD e a crise da ultradireita na Alemanha. **DW Brasil**, 19 de maio de 2022. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/a-afd-e-a-crise-da-ultradireita-na-alemanha/a-61843221>>

G1. Capoeirista esfaqueado em Salvador foi morto após dizer que era contra Bolsonaro, diz SSP. **G1**, 8 de outubro de 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/10/08/capoeirista-esfaqueado-em-salvador-foi-morto-apos-falar-de-discorda-de-opinioao-politica-de-suspeito-do-crime.ghtml>>

G1. Cidades que mais apoiaram Bolsonaro em 2018 tiveram as piores taxas de mortalidade por Covid em 2021, aponta estudo na 'Lancet'. **G1**, 16 de março de 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/03/16/cidades-que-mais-apoiaram-bolsonaro-em-2018-tiveram-as-piores-taxas-de-mortalidade-por-covid-em-2021-aponta-estudo-na-lancet.ghtml>>

G1. Veja a cronologia da invasão do Congresso dos Estados Unidos por apoiadores de Trump. **G1**, 6 de janeiro de 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/06/veja-a-cronologia-da-invasao-do-congresso-dos-estados-unidos-por-apoiadores-de-trump.ghtml>>

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil - Relatório do Grupo Gay da Bahia, 2021. Salvador, Grupo Gay da Bahia, 2022. Disponível em <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>>

HABERMAN, Maggie; BROADWATER, Luke. Trump apoiou 'enforcamento' de Mike Pence durante invasão ao Capitólio, diz ex-chefe de gabinete. **The New York Times**, 26 de maio de 2022. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/internacional/trump-apoiou-enforcamento-de-mike-pence-durante-invasao-ao-capitolio-diz-ex-chefe-de-gabinete/>>

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, p. 07-22

JANSEN, Roberta. Human Rights Watch: ditadura no Brasil torturou 20 mil pessoas; 434 foram mortas ou desapareceram. **O Estado de São Paulo**, 27 de março de 2019. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,human-rights-watch-ditadura-no-brasil-torturou-20-mil-pessoas-434-foram-mortas-ou-desapareceram,70002770377>>

JARDIM, Lauro. Operação de hoje da PRF foi traçada em reunião no Alvorada. **O Globo**, 30 de outubro de 2022. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2022/10/operacao-de-hoje-da-prf-foi-traca-da-em-reuniao-no-alvorada.ghtml>>

KALIL, Isabela. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

LOPES, Rodrigo. O que, afinal, é "globalismo", termo usado com frequência pelo governo Bolsonaro?. **GaúchaZH**, 11 de janeiro de 2019. Disponível em

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/01/o-que-afinal-e-globalismo-termo-usado-com-frequencia-pelo-governo-bolsonaro-cjqs1i98g00hd01ukmxm6woks.html>>

LANE, Karyne. Um Nordeste inventado pela xenofobia que vai além das eleições. **O Povo**, Fortaleza, 8 de outubro de 2022. Disponível em

<<https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/2022/10/08/um-nordeste-inventado-pela-xenofobia-que-vai-alem-das-eleicoes.html>>

LESSA, Renato. A Destruição. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, Edição 178, p.24 - 29 julho, 2021

MANDELLI, Mariana. Uma pandemia de sinofobia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de março, 2021. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/uma-pandemia-de-sinofobia.shtml>>

MANDELLI, Mariana. A xenofobia contra nordestinos e o ódio contra nós mesmos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 de outubro, 2022. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/uma-pandemia-de-sinofobia.shtml>>

MARCELLO, Maria Carolina. Bolsonaro tenta agredir Ciro Gomes em Porto Alegre e é retirado por policiais. **Isto é Dinheiro**, 10 de setembro de 2022. Disponível em

<<https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonarista-tenta-agredir-ciro/>>

MAROS, Angieli. O governo Bolsonaro em 22 frases. **Jornal Plural**, 29 de janeiro de 2022. Disponível em <<https://www.plural.jor.br/noticias/poder/o-governo-bolsonaro-em-22-frases/>>

MORAES, Marcelo. Bolsonaro: “Serei o candidato da direita à Presidência em 2018”. O Estado de São Paulo, 30 de outubro de 2014. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/blogs/marcelo-moraes/2014/10/30/bolsonaro-serei-o-candidato-da-direita-a-presidencia-em-2018/>>

MORI, Letícia. Eleições 2018: 'Meu irmão ameaçou me proibir de ver minhas sobrinhas' - o pleito que dividiu famílias. **BBC Brasil**, 26 de outubro de 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45987863>>

MOURO, Mariana; MATHIAS, Pedro. Homem que apoiava Bolsonaro mata defensor de Lula em discussão sobre política em MT. **G1**, 9 de setembro de 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/09/09/discussao-politica-homem-apoiava-bolsonaro-mata-defensor-lula-diz-policia.ghtml>>

NASSAR, Paulo; FARIAS, Luiz Alberto de; POMARICO, Emilian. **Narrativas rituais**: uma aproximação entre a comunicação e a antropologia. In: SCHEID, Daiane; MACHADO, Jones; PÉRSIGO, Patrícia M. **Tendências em comunicação organizacional**: Temas emergentes no contexto das organizações. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019.

NEXO JORNAL. Fora da ordem: um mundo abalado e um país eufórico | Polítiquês: uma crise chamada Brasil (epi. 1). YouTube, 27 de julho de 2022. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=eYyUF9rhxBU>>

OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA. Nota do Observatório da Democracia em defesa da liberdade religiosa. Observatório da Democracia, 2 de fevereiro de 2022. Disponível em <<https://observatoriodademocracia.org.br/2022/02/02/nota-do-observatorio-da-democracia-e-m-defesa-da-liberdade-religiosa/>>

PACHECO, Ronilso. Igrejas evangélicas radicalizaram extremistas no Capitólio – e no Brasil também. **The Intercept Brasil**, 31 de outubro de 2022. Disponível em <<https://theintercept.com/2022/10/31/igrejas-evangelicas-radicalizaram-extremistas-no-capitolio-e-no-brasil/>>

POMPEU, Bruno; PEREZ, Clotilde; As contribuições da publicidade de causa na construção de um novo lugar para o consumo. **Revista Mídia e Cotidiano**, v.14, n 3, p. 262-282, set/dez. 2020.

PUCHNER, Martin. **O mundo da escrita**: como a literatura transformou a civilização; tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUEIROZ, Vitória. 2 anos de covid: relembre 30 frases de Bolsonaro sobre a pandemia. **Poder 360**, 26 de fevereiro de 2022. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>>

RIBEIRO, Mariana. Em evento com Drauzio Varella, Alckmin obtém apoio de profissionais da saúde à chapa com Lula. **Valor**, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2022. Disponível em <<https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/18/em-evento-com-drauzio-varella-alckmin-obtem-apoio-dos-profissionais-da-saude-a-chapa-com-lula.ghtml>>

SANCHES, Mariana. QAnon | 'Minha mãe põe minha vida em risco': as famílias destruídas pela teoria conspiratória. **BBC Brasil**, 22 de fevereiro de 2021. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56120321>>

SEN, Amartya. **Identidade e violência**. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2015.

STABILE, Arthur; SANTOS, Emily. Nordeste concentrou quase metade das abordagens feitas a ônibus pela PRF no 2º turno. **G1**, 30 de outubro de 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/nordeste-concentrou-quase-metade-das-abordagens-feitas-a-onibus-pela-prf-no-2oturno.ghtml>>

TRIGUEIRO, André. Estudo mostra que religiões de matrizes africanas foram alvo de 91% dos ataques no RJ em 2021. **G1**, 22 de janeiro de 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/22/estudo-mostra-que-religioes-de-matrizes-africanas-foram-alvo-de-91percent-dos-ataques-no-rj-em-2021.ghtml>>

UOL. Julián Fuks sofre ameaça de morte após bolsonaristas distorcerem coluna. **Uol**, 31 de agosto de 2022. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/08/31/julian-fuks-sofre-ameacas-apos-bolsonaristas-distorcerem-conteudo-de-coluna.htm>>

WORLDNEWSBRASIL. DEPUTADO BOLSONARO NO PROGRAMA SUPER POP 1/7.
YouTube, 10 de abril de 2017. Disponível em
<<https://www.youtube.com/watch?v=pXkdxA7EXMo>>